

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**

**Flávio Aguilar Soares**

**CRÍTICA LITERÁRIA NA IMPRENSA GAÚCHA:  
DO ROMANTISMO À INDÚSTRIA CULTURAL**

**Porto Alegre  
2008**

**Flávio Aguilar Soares**

**CRÍTICA LITERÁRIA NA IMPRENSA GAÚCHA:  
DO ROMANTISMO À INDÚSTRIA CULTURAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Hab. Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Seben de Azevedo

**Porto Alegre  
2008**

*À minha família e amigos.  
À Mel.*

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo da trajetória da crítica literária publicada na mídia impressa gaúcha, contemplando o período que se inicia na segunda metade do século XIX e chega até os dias de hoje. Este estudo tem a intenção de encontrar relações entre o desenvolvimento da literatura rio-grandense em sua história e o da crítica literária feita em jornais de grande circulação e revistas especializadas. A análise dessa relação, ao que vemos surgir, junto com a modernização do mercado editorial local, um sistema literário gaúcho, é importante para o entendimento da cena literária atual e o papel que a crítica especializada ainda é capaz de exercer em aspectos culturais e econômicos. Do mesmo modo que é estudada a influência da crítica no sistema literário gaúcho, também é analisada a forma que esse sistema influencia a atividade crítica – considerando que o papel de um elemento dentro de um sistema está sempre vinculado à atuação de todas as partes do mesmo.

**Palavras-chave:** crítica literária, literatura gaúcha, imprensa literária

## SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO .....	6
CAPÍTULO 1 – Romantismo e o surgimento da imprensa literária .....	12
CAPÍTULO 2 – A crítica literária na virada do século XX .....	21
CAPÍTULO 3 – Modernismo e modernidade .....	29
CAPÍTULO 4 – Onde está a crítica literária? .....	38
CAPÍTULO 5 – Como atua a crítica literária gaúcha .....	47
CAPÍTULO 6 – O papel da crítica no século XXI .....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
REFERÊNCIAS .....	59

## INTRODUÇÃO

Confesso que um pouco do que me levou a escolher esse tema para meu trabalho de conclusão é um sentimento melancólico, que é não mais que uma revolta silenciosa frente ao que é e o que já foi crítica literária. Para quem cultiva o gosto pela leitura, muitos podem pensar, deveria ser claro o gosto pela discussão. Nem sempre é isso que acontece. Uma das conclusões a que posso chegar já na introdução desse trabalho é que essa busca pela “opinião especializada” – no sentido da opinião que legitima ou não uma obra – está vinculada a ideais cada vez mais combatidos pela sociedade moderna; tanto no âmbito de um sistema cultural, quanto de um sistema econômico – e cada vez mais diminui a distância entre esses dois conceitos.

Meu objetivo inicial era entender o porquê do pouco espaço dado à crítica literária na imprensa gaúcha. Nesse enfoque, analisaria apenas os jornais e revistas de grande circulação no estado; ou seja, a imprensa que tem alcance em todo o Rio Grande do Sul. Partindo dessa idéia, iniciei uma pré-pesquisa de material, tendo contato tanto com jornais como Zero Hora e Correio do Povo quanto com revistas especializadas na área cultural, como Aplauso e a incipiente Norte. Não demorei muito a confirmar uma suspeita anterior: a de que a quantidade do material útil ainda em circulação é inversamente proporcional à de publicações interrompidas ainda nas suas primeiras edições. Enquanto são poucas as opções disponíveis para discutir literatura, abundam fantasmas das idéias que não duraram muito tempo.

A partir de minhas primeiras intenções, e com o contato seguido com material impresso e pessoas que me deram novas perspectivas sobre o assunto, entendi que o problema era muito maior do que minhas hipóteses iniciais tentaram encontrar. A primeira correção que fiz ao meu tema de pesquisa foi me focar na crítica literária feita por gaúchos a respeito de autores gaúchos. O que me fez ceder à esfera local foi a possibilidade de trabalhar com mais propriedade em cima de outras instâncias da produção literária. Pude conversar tanto com escritores e pessoas ligadas a editoras, quanto com críticos, jornalistas e acadêmicos que já pesquisaram o assunto. Desse emaranhado de visões, somadas à bibliografia disponível em livros

e, principalmente, à própria produção de crítica literária encontrada tanto nos dias de hoje quanto num período que se inicia junto à própria história da nossa literatura, o que tento extrair é a importância da crítica no sistema literário gaúcho. Mas não a crítica presa ao ambiente acadêmico. Exclusivamente, a crítica ao alcance do leitor - que circula nas bancas de revistas e, para muitos, chega em casa todos os dias pela manhã.

Desde o começo, me vi rodeado de parênteses. Por mais que o tema parecesse restrito a um universo pequeno, eu estava bebendo de uma quantidade enorme de conceitos que em si só já oportunizam grandes discussões.

Quando falo em um “sistema literário”, me refiro às idéias concebidas por Antônio Cândido sobre o tema. A partir de suas investigações teóricas, um sistema literário surgiria da interação entre autor, obra e público. Em primeiro lugar, coloca-se a noção de um conjunto de produtores literários que agem e pensam em um sentido de coletividade – com a preocupação de exercerem seu papel social em uma comunidade de autores. Em segundo lugar, deve existir entre esses autores um traço ou estilo que os conecte de forma que os insira na esteira de uma tradição comum. Nas palavras de Cândido essa tradição é a:

[...] transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição, não há literatura, como fenômeno de civilização. (Cândido, 1975, p. 24)

Em terceiro lugar, temos a relação autor/público, mediada pela obra. Em último lugar, aparecem os demais elementos que interferem na circulação e divulgação do produto literário, como escolas, bibliotecas e a imprensa – e aí então chegamos à crítica literária.

Em *Formação da Literatura Brasileira*, Cândido usa desses conceitos para sistematizar a literatura nacional, tentando compreender seu nascimento e síntese. Em *A Literatura no Rio Grande do Sul* (1980), Regina Zilberman adaptará, em diversos aspectos, essas idéias para o cenário gaúcho, com a intenção de

compreender a formação de um sistema literário singular em nosso estado. A intenção é justificada pela freqüência de assuntos que Zilberman observa em diversas fases de nossa história literária, principalmente a tendência ao regionalismo – ou sua negação – e forte caráter político. Tais temas seriam intrínsecos à condição em parte periférica do Rio Grande do Sul em relação ao centro do país – que era também, então e até hoje, seu centro cultural.

Também a conceituação do que vem a ser crítica literária se torna complicada, mais ainda no momento em que me ateno ao exercício dela feito pela imprensa. A acepção de uma definição de “crítica” se dará com Kant, que, na esteira do Século XVIII, em pleno Iluminismo, desenvolverá a idéia do julgamento pela razão. No seu trabalho desenvolvido em obras como *Crítica da Razão Pura*, *Crítica da Razão Prática* e, finalmente *Crítica da Faculdade de Julgar*, Kant abre a idéia do que seria essa “razão”. Para ele, o ato de criticar sempre dará abertura à noção do sujeito-leitor, que terá em si uma carga de envolvimento emocional com a obra, que pode invariavelmente se dar à idéia do “belo”. Porém, a formação sentimental e intelectual do crítico se dá em um constante crescimento influenciado pelo contexto a que está inserido socialmente (Kant, 1993). Como diz Benedito Nunes:

Por pertencer a essa órbita, a literatura ingressa na experiência individual do crítico, cada vez atualizada pela sua leitura, como modo de acesso ou de discernimento da obra. Ora, nem isolada nem puntiforme, pois que a obra conhecida se relaciona com outras muitas, tanto horizontalmente, num dado momento, quanto verticalmente na ordem de sucessão temporal, a experiência individual é também social, porque se acha sob condições culturais e históricas determinadas. (Nunes, 2000, p. 52)

Ao aparecimento de um “crítico literário profissional” se confrontou a desconfiança dos autores românticos alemães, que, vinculados à noção espiritual de arte – que seria uma experiência transcendente, fugidia ao rigor da ciência – tomaram como impossível o trabalho desse crítico. Segundo essa corrente, o autor e a obra só poderiam ser julgados por aquele que estivesse à sua altura na condição de “gênio”, via que possibilitaria o estabelecimento de regras para a arte então concebida. Mesmo nessa condição, o crítico seria apenas um “autor em segunda potência” – o “autor em primeira potência” seria o próprio autor que, conquanto pai



de sua obra, teria os recursos para uma autocrítica. A partir dessa noção romântica se deu a posição subjetiva de “parasita” ao crítico literário, tomada por muitas vezes por ele próprio como estratégia de aproximação à opinião pública.

No seu estabelecimento conceitual, então, se entende crítica literária como a produção discursiva a respeito de uma obra individual ou conjunto de obras literárias. Disso, independe sua forma de comunicação ao público a que é dirigida. Uma das discussões a que me ative mais com meus entrevistados foi a respeito da qualidade do texto opinativo disponível na imprensa enquanto crítica literária. Luiz Antônio de Assis Brasil e Antônio Hohlfeldt, por exemplo, procuraram deixar claro desde um primeiro instante que não consideravam crítica literária textos como os de Carlos André Moreira no Segundo Caderno e os de Tailor Diniz na Revista Aplauso. Esse viés é justificável: além do conteúdo opinativo desses textos, é clara e proposital sua função informativa. Na verdade, separar e definir essas duas funções dos textos que são, atualmente, produzidos na imprensa – tanto no Rio Grande do Sul quanto Brasil e mundo afora – se tornou um dos guias para se entender a transformação da discussão literária no estado. Não por acaso, a maioria dos entrevistados não faz ressalvas a essa ambigüidade do que pode ser denominado como resenha literária, disponível em veículos de maior circulação. De certa forma, se aceita essa realidade e acabamos nos atendo à especificidade crítica interna aos textos sobre literatura.

As discussões sobre crítica literária na imprensa sempre levarão em conta discussões específicas nos campos da crítica, da literatura e da imprensa. Soa óbvio, porém é a partir dessa abertura que se confirma uma necessidade: ao discutir o desempenho da crítica no sistema literário gaúcho, não estou lidando com uma esfera restrita. Não é uma particularidade do nosso sistema literário que eu pesquiso, e sim uma possibilidade de visão sobre o conjunto, de como um campo interfere ao todo.

Os primeiros capítulos desse trabalho contextualizam o papel da crítica em diferentes fases da literatura gaúcha. Algo mais que rotineiro em trabalhos de conclusão de curso, porém não menos importante para desenvolver e situar o cenário que encontramos hoje como resultado de um processo que se inicia no final do século XIX. Os últimos capítulos entram na problemática principal do trabalho –

discorrem sobre a situação atual dessa crítica impressa. Não obstante, lido com questões referentes à ética do profissional e à sua própria origem em um contexto do qual participo. Isso por diversas vezes traz um caráter mais interpretativo ao meu texto. Entre os temas presentes na discussão atualizada, discorro sobre a serventia do crítico. Ou seja, discorro sobre como a crítica influencia o sistema literário. Durante o trabalho, procuro um diálogo entre esse sistema local e sua construção com o que diz respeito ao advento da indústria cultural que é inerente à modernidade: logo, uma relação que aproxima o que acontece no Rio Grande do Sul com situações passadas e presentes em outras esferas – nacionalmente, inclusive.

Grande parte do que li a respeito do assunto não foi escrito particularmente sobre crítica literária. Mais que isso, se compromete com estudos sobre jornalismo cultural. A literatura, como arte, se aproxima da música, cinema e teatro, entre outras formas de expressão cultural que são tratadas e discutidas na imprensa. Muitos das idéias que surgem a respeito da crítica literária, portanto, acabam tendo possível aplicação nessas outras áreas. Dificuldades que um crítico literário enfrenta ao opinar sobre um livro são, costumeiramente, análogas às de um crítico de música, por exemplo. Além disso, muitas vezes ambas as áreas são trabalhadas pela mesma pessoa. Daí surge a figura do crítico cultural, que tem, no Brasil, por exemplo, Paulo Francis como um de seus maiores expoentes – apesar de seu campo de atuação se abrir ainda a temas como política e economia.

Daniel Piza, em seu livro *Jornalismo Cultural* (2004), cita como fundamental à formação de um bom crítico literário o amplo conhecimento de outras formas de expressão artística. Se temos na literatura uma arte, e a arte como expressão do indivíduo, parece claro também que ao crítico será vital um conhecimento que não fica restrito unicamente ao campo artístico, mas, mais que isso, o torna consciente da cultura em que está inserido ele, o autor e comunidade a que está se dirigindo. Na figura de um intermediador entre obra e público, o crítico necessita dessa bagagem intelectual. Da mesma forma, no objetivo de, digamos, criticar a crítica, tive que atender essa série de relações que não podem ser ignoradas; e que serão atingidas frequentemente em estudos fora do âmbito da Comunicação e das Letras.

Quando parti para a pesquisa, foi com o pensamento de dar abertura às partes envolvidas nesse sistema. Queria dar um caráter jornalístico ao trabalho e

entendi como vital deixar expressas nessas páginas as opiniões de jornalistas, escritores, profissionais de editoras e professores, sabendo que grande parte deles, independente de formação acadêmica, já havia exercido ou exerce a crítica literária, seja como profissão ou atividade ligada diretamente a seu campo de atuação profissional. Imaginei, em primeiro momento, que fosse encontrar dificuldades para conversar com essas pessoas. Isso vinha de uma visão que, agora, enxergo equivocada: o tema polêmico poderia assustar meus entrevistados devido ao universo, em partes, pequeno em que eu estava mergulhando. Pois foi justamente esse motivo que, imagino, tenha facilitado meu acesso. A maioria das pessoas que procurei se sentiu atingida, de alguma forma, pela discussão. Mais que isso, achou importante ter sua opinião presente. Nem todos reagiram da mesma forma, claro, às perguntas; as opiniões divergiram bastante e sobre muitos pontos. Do escrutínio dessas idéias tirei a certeza de que o tema tinha grande relevância para quem faz e quem consome literatura. Daí saiu a motivação final para esta pesquisa.

## **CAPÍTULO 1 - Romantismo e o surgimento da imprensa literária**

A história da literatura gaúcha começa e se desenvolve em relação direta com a da discussão literária na imprensa local. Essa é a primeira conclusão a que chegamos após uma rápida pesquisa sobre o que foi escrito em jornais e revistas e a literatura que foi produzida no Rio Grande do Sul desde o final do século XIX.

O Rio Grande do Sul teve uma integração lenta e frágil ao restante do Brasil desde sua colonização. Disputas políticas entre Portugal e Espanha referentes ao domínio da região foram vitais para retardar esse processo, assim como a proximidade do território gaúcho a países de língua espanhola. De certa forma, a identidade cultural da sociedade que se desenvolveu no sul do Brasil se formou em paralelo à formação do que poderíamos chamar de uma “cultura nacional”. Maria da Glória Bordini coloca esse certo “isolamento histórico” do Rio Grande do Sul como fruto de diversos fatores: uma posição geograficamente periférica ao centro do país, o fluxo direto de informações e cultura estrangeira sem a mediação desse centro – devido tanto aos vizinhos do Prata quanto à imigração que se seguiu de italianos, alemães e outros povos para a região – além da economia pastoril que demorou a produzir uma elite intelectual.

Segundo Guilhermino César, a história da literatura gaúcha só iniciou em 1737, quando os portugueses enviaram à região uma expedição militar para garantir a posse das terras, então objeto de disputa com os espanhóis (Cesar, 1970). Nesse ano foi fundada a primeira povoação do Estado, em Rio Grande. Cinco anos depois seria fundada a vila de Porto dos Casais, atual Porto Alegre. Até então, a região era pouco povoada. Nas Missões, jesuítas doutrinavam os índios segundo os preceitos católicos; no restante, o Rio Grande do Sul era habitado por índios e atravessado por tropeiros. Até 1834, ano de publicação do primeiro livro no Estado - *Poesias Oferecidas às Senhoras Rio-Grandenses*, de Delfina Benigna da Cunha - a literatura foi oral, através da trova. Imediatamente após o livro de Delfina ser publicado se iniciou a Revolução Farroupilha, em 1835, cuja efervescência cultural resultante inspirou o aparecimento de muitos poetas vinculados a ambos os grupos políticos em luta. Os legalistas (imperiais) tiveram obras publicadas, ao contrário dos

republicanos (revolucionários), que se dedicaram exclusivamente à exaltação dos ideais farroupilhas. Apesar de muito ligados à poesia árcade, esses autores já tinham em seus trabalhos elementos do Romantismo. Após o término do confronto foi publicado o primeiro romance do Estado, em 1847 – A Divina Pastora, de José Antonio do Vale Caldre e Fião.

Em 1856, surgiu O Guaíba, primeira sociedade literária no Rio Grande do Sul, que também foi responsável pelo aparecimento da primeira revista literária, de mesmo nome. Apesar de não possuir ensaios críticos em suas páginas, O Guaíba teve grande relevância histórica por publicar os primeiros textos dedicados à literatura no Estado. Com seu aparecimento ficava evidente a existência de um grupo que trocava informações e divulgava a literatura no Rio Grande do Sul – além de incentivar o surgimento de uma literatura própria da cultura gaúcha, de cunho romântico. A partir d'O Guaíba, vê-se clara a tendência de uma imprensa literária vinculada aos movimentos locais, servindo como base para a divulgação e discussão de idéias.

Editorial de uma das edições d'O Guaíba mostra a preocupação do grupo com a promoção da literatura em um Estado que, à época, era mais dado à guerra que às artes:

...Assim, pois, é preciso que nossos comprovincianos compreendam que não é só a carreira das armas que abre futuro brilhante a um jovem; que saibam apreciar as vantagens da ilustração em amplo sentido e não desdenhem daqueles que trabalham para que a Província de São Pedro, assim como é a primeira pelas armas, assim também tenha um lugar distinto a par das outras que mais esforços têm feito para elevar a literatura até onde deve e o talento dos brasileiros a chama.

Na segunda metade do século XIX o Rio Grande do Sul se desenvolveu economicamente. Centros urbanos como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande começaram a comportar escolas, fazendo com que a literatura local, que ganhava uniformidade no Romantismo, tivesse também mais leitores. Após O Guaíba, surgiram diversos periódicos destinados a discutir literatura, na mesma linha, como o Álbum de Domingo (1860) e O Ipiranga (1863), ambos de Porto Alegre. Porém, novidades relevantes aparecem apenas com a Arcádia (1867), de Rio Grande, que

seria a primeira revista literária com conteúdo crítico, e a Revista Mensal do Partenon Literário (1869) que, editada em Porto Alegre, se destacou por, durante dez anos, difundir vasta obra de autores gaúchos, além de contribuir com diversas discussões sobre cultura e política da época.

A Arcádia - que, apesar do nome, estava vinculada ao ideário romântico – tinha suas páginas dedicadas à publicação de textos literários – principalmente poesia – de escritores gaúchos, ensaios de história, estudos biográficos e, o mais importante, artigos de crítica literária. Colaboraram na revista Apolinário Porto Alegre e Bernardo Taveira Júnior, entre outros. Após uma série de dificuldades financeiras, a Arcádia fechou as portas em 1870. O primeiro texto de cunho crítico reconhecido no Rio Grande do Sul foi publicado na primeira série da Arcádia, em 1867. Divagações, de F. C. de Bulhões Ribeiro, faz jus ao seu nome e versa sobre diversos temas, como a relação entre a literatura brasileira e a literatura portuguesa e uma revisão do período neoclássico. Outro importante ensaio crítico foi A Literatura no Rio Grande, de Antônio Maria Pinto, dedicado a analisar a situação do processo literário sul-rio-grandense, em uma relação entre literatura e sociedade. Bernardo Taveira Júnior viria, então, a se destacar com ensaios críticos nas duas últimas edições da Arcádia. Reflexões Sobre a Literatura Rio-grandense e Mulher e Mãe trataram de assuntos comuns à literatura romântica, como a questão do indianismo – de que o autor sofreu grande influência em sua produção ficcional, como em Poesias Americanas, de 1869 – na literatura brasileira como forma de identidade nacional, a polêmica da originalidade em nossa literatura, relações entre a independência política e a emancipação literária e reflexões sobre a própria natureza da crítica literária.

Do grupo que contribuiu nas páginas da Arcádia saíram muitos dos membros da Sociedade Partenon Literário; sendo que, por dois anos, os grupos coexistiram. A Sociedade, fundada a 18 de junho de 1868, reuniu os primeiros nomes de expressão na literatura gaúcha, como José Antônio Caldre Fião, Apolinário Porto Alegre, Múcio Teixeira, Lobo da Costa, Aquiles Porto Alegre, José Bernardino dos Santos, Apeles Porto Alegre e Eudoro Berlink. Além da difusão da cultura letrada na sociedade local, a Sociedade exerceu influência nas discussões sobre a abolição da escravatura – inclusive, promovendo eventos para angariar fundos destinados à

alforria de escravos – e se engajou na propaganda republicana, mostrando uma intelectualidade preocupada com os rumos políticos do país. A Revista Mensal foi publicada até 1979, com tamanho entre vinte oito e trinta e duas páginas. Alexandre Baumgarten descreve o amplo conteúdo nela disponibilizado:

...a maioria dos números era aberta por um Elogio bibliográfico ou Elogio fúnebre, que trazia um resumo da vida e obra de vultos representativos da cena literária e política do País e do Rio Grande. A segunda parte do periódico era, em geral, dedicada aos escritos em prosa, como contos, novelas e romances, apresentados em capítulos, além de monografias envolvendo as teses discutidas nas reuniões realizadas pela Sociedade. A seguir, vinha a sessão consagrada à poesia, onde se publicavam de dois a cinco textos poéticos, principalmente de autores sulinos. Encerrava-se a Revista com a Crônica Mensal, escrita a cargo do Redator do Mês, que sintetizava as atividades desenvolvidas pela Sociedade e os principais acontecimentos culturais da Província. (Baumgarten 1997)

A Sociedade Partenon Literário possivelmente não teria a relevância que ganhou, na história da literatura gaúcha, se não fosse pela publicação da Revista, que, ao circular por todo o Estado, se tornou fundamental no processo de unificação dessa literatura, antes caracterizada por manifestações isoladas. Não à toa, é creditado à Sociedade o nascimento da primeira geração de escritores regionalistas do Estado. Na formação de uma cultura gauchesca, esse processo foi fundamental, já que é a partir de escritores como Apolinário Porto Alegre, Bernardo Taveira Júnior e Múcio Teixeira, entre outros, que temos os primeiros textos em poesia e prosa mitificando o gaúcho e seu passado campeiro, formador de uma identidade local.

Segundo Guilhermino César:

Através de seus primeiros cultores, a nova corrente se deixou atrair, acima de tudo, pelo passado gaúcho, procurando reviver o guasca largado, o homem livre dos primeiros tempos da conquista, os rebeldes de 1835 (...) O peão de estância, herdeiro do monarca das coxilhas, do herói dos tempos primeiros, o peão já era agora uma desbotada imagem da liberdade e ousadia do outro, passou a representar para os escritores, por efeito de uma transposição perdoável, o brio, a altivez, a coragem pessoal do antigo senhor das savanas. Ocupou aqui o lugar que coubera ao índio e ao negro na literatura liberal que desde Macedo enfartava as letras do centro e do norte do País. Para o seu sofrimento, para a sua resignação de pátria em decadência, caminhou célere a imaginação dos nossos artistas. Fixaram-no de mil modos – nas fainas da vida campeira, nas rixas políticas,

nas carnagens da luta externa, nimbado sempre por uma auréola de campeão medieval. (César 1970)

Apesar do nobre propósito desses intelectuais, pesquisadores como Athos Damasceno Ferreira salientam a fragilidade dessa linha de pensamento em uma sociedade que tinha à época uma história muito recente – logo, uma cultura também em formação (Ferreira 1975). As premissas da Sociedade Partenon Literário e das obras de seus membros na direção de uma literatura local eram apenas o primeiro esforço de intelectuais ainda pouco afirmados como pertencentes à “cor local”. De fato, eles viviam e pensavam a cultura européia em pleno Rio Grande do Sul, e era a partir dessa visão que enxergavam a história gaúcha:

...nada mais fazíamos do que recolher as receitas de uma civilização a que pertencêramos no passado e da qual nos afastávamos cada vez mais, por força de novos padrões de existência que a América nos impunha. (Ferreira 1975)

De membros dissidentes do Partenon, surgiu o periódico *Murmúrios do Guaíba*, que circulou no primeiro semestre de 1870, mensalmente, com edições de aproximadamente quarenta páginas. Em seu projeto editorial, além do grande espaço destinado à crítica literária e a ensaios sobre história, aparece pela primeira vez o expediente dos anúncios publicitários. Tendo a direção de José Bernardino dos Santos, o *Murmúrios do Guaíba* contou com contribuições de diversos partenenses, como Apolinário Porto Alegre, Hilário Ribeiro e Bernardo Taveira Júnior. A seleção dos colaboradores, ao contrário da do Partenon, era mais rigorosa, um dos motivos pelos quais muitos pesquisadores, como Athos Damasceno Ferreira, o colocam como uma das melhores publicações do gênero no século XIX, apesar de sua curta duração.

Das páginas dessas primeiras publicações literárias – considerando minhas menções àquelas julgadas de maior relevância histórica quanto ao tema de pesquisa – um nome surge como primeiro expoente da crítica literária sulina: Apolinário Porto Alegre. Idealizador do Partenon Literário e com textos seus publicados em diversos outros periódicos literários da época, ele tem seu nome consolidado como referência



intelectual do romantismo gaúcho, ao atuar como contista, poeta, romancista e ensaísta no campo da literatura, além da prática jornalista, da militância política e sua importante contribuição ao incipiente magistério de Porto Alegre. Como crítico literário, produziu o primeiro ensaio a se debruçar sobre uma obra específica – Parecer, sobre o romance A Douda, de José Bernardino dos Santos, em 1870 – além de uma importante crítica à obra de José de Alencar, onde são tratados diversos temas inerentes ao movimento literário romântico, como a questão do nacionalismo e da “língua brasileira”.

As revistas citadas são expoentes de um movimento que contou com dezenas de outras publicações em diversos pontos do Estado, de diferentes tamanhos, periodicidades e abrangência de circulação. Junto à profusão cada vez maior desses periódicos literários, se iniciou também a abertura para temas culturais nos jornais da época que, desde 1827 – ano em que surge o Diário de Porto Alegre – sempre se dedicaram com exclusividade à discussão política e, não por acaso, sempre estiveram vinculados a partidos políticos. Ao chegarem a esses jornais, as discussões sobre literatura passaram por uma significativa transformação: ao mesmo tempo em que atingiam uma variedade maior de leitores, tinham menor espaço e, conseqüentemente, não chegavam à mesma profundidade dos longos ensaios das revistas. Esses textos chegaram, no formato de “notas críticas”, geralmente anônimas, a jornais noticiosos de grande circulação, tanto no interior quanto na Capital. O jornal A Reforma, por exemplo, teve importante papel ao divulgar tanto atividades promovidas pelas sociedades literárias, principalmente do Partenon, quanto lançamentos de obras de autores gaúchos. Também o Jornal do Comércio, fundado em 1865 cedeu espaço à vida literária do Estado, e teve, entre 1877 e 1878, uma coluna dedicada exclusivamente ao assunto, tomada tanto por textos literários quanto por textos críticos. O relevante é perceber que a literatura gaúcha se desenvolveu em comunhão com o desenvolvimento da imprensa no Estado; e a crítica literária, de igual forma, nasceu e sobreviveu, por muito tempo, exclusivamente nas páginas de periódicos.

Mesmo ligado às manifestações literárias e culturais do centro do País, o movimento romântico no Rio Grande do Sul se desenvolveu com atraso em relação a esse. Enquanto a primeira revista literária gaúcha, O Guaíba, só apareceu em

1856, os ideais e a discussão em torno da independência literária brasileira movida pelo Romantismo já apareciam impressos em periódicos no Brasil desde 1836, ano em que um grupo de brasileiros em Paris editou a Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes. Aspectos econômicos, políticos e geográficos colaboraram para manter o Rio Grande do Sul em um quase permanente estado de instabilidade social, que por muito tempo inviabilizou o desenvolvimento da literatura local e de uma integração cultural – tanto com o restante do Brasil quanto internamente.

Mesmo tendo o movimento romântico gaúcho buscado a todo o momento se integrar com um movimento que se pretendia nacional – inclusive por levantar como principal bandeira a causa da formação de uma literatura brasileira – e se dedicar, assim, às mesmas prerrogativas estéticas que se desenvolviam no centro do país, a verdade é que a morosidade do desenvolvimento do romantismo provocou um descompasso entre o que era pensado e produzido no Rio Grande do Sul e no Brasil. Demonstra isso uma nota publicada na Revista da Sociedade Phenix Literária, do Rio de Janeiro, então capital e centro cultural do País, a respeito da Revista da Sociedade Partenon Literário:

É uma sociedade velha, que se propõe sonhar ainda com Deus. Agradecendo a oferta e louvando os esforços dos dignos redatores do “Partenon”, pedimos entretanto permissão a S.S<sup>a</sup>. para confessarmos pesarosos por não ver convergirem para outra causa mais verdadeira as forças que S.S<sup>a</sup>. vão aplicar inutilmente a um maquinismo arruinado e imprestável. O papel da sociedade é e deve ser outro. Só há uma luz que deve aclarar o cérebro dos moços: é a ciência.

As críticas feitas pela Phenix são sintomas de um processo de transformação pelo qual já vinha passando a cultura brasileira. Embebido dos estudos deterministas de Darwin e do pensamento positivista que Augusto Comte desenvolvera e se fincara com grande sucesso em terras tupiniquins, cresciam movimentos literários que iam contra a estética já considerada ultrapassada do Romantismo – o Naturalismo e o Parnasianismo entre eles. No mesmo ano em que tal crítica foi publicada, 1879, deixou também de circular a revista do Partenon Literário – a Sociedade deixaria de existir em 1885.

Como saldo do movimento romântico gaúcho, fica a contribuição para o desenvolvimento da literatura local, apesar de ainda emergente no final desse período. O interessante a se salientar é que a crítica literária praticada pelas revistas – também, em menor número, pelos jornais – se dedicou a assuntos mais gerais, e mesmo não chegou a ganhar corpo frente ao espaço dedicado à própria produção literária e outros elementos. Foi grande a quantidade de periódicos que se dedicou às Letras, porém, em uma vida cultural ainda nascente, eles se dedicaram mais à promoção do produto da região do que à sua análise. A maior parte do conteúdo crítico desenvolvido pelos primeiros nomes de relevância na área em nosso Estado foi dedicada ao movimento iniciado bem antes pela formação da cultura brasileira ante a histórica dependência e mesmo reciclagem da literatura portuguesa e europeia em geral. Na verdade, essa ruptura iniciada pelo romantismo só se tornaria mais forte com o advento do modernismo, no início do século seguinte, que buscou combater certa hipocrisia do pensamento cultural das elites brasileiras. Além de uma clara dependência da temática em voga no pensamento do centro do país, conviviam a intelectualidade local ainda com as restrições inerentes à sociedade gaúcha: a literatura ainda era produzida, publicada, consumida e discutida quase sempre pelas mesmas pessoas. Não por acaso, a publicação de obras por autores gaúchos não encontrava, então, reflexo em ensaios críticos na imprensa. Na maior parte, quando acontecia, os textos eram de natureza meramente elogiosa autor – significativo não era o conteúdo do livro, e sim o mérito de quem o escreveu ter o tornado impresso, como forma de ascensão intelectual.

Considerando o campo pouco propenso à discussão literária na época, é de se louvar que a maior contribuição do ensaio crítico de revistas como a *Arcádia*, o *Partenon* e o *Murmúrios do Guaíba* tenha sido a discussão da identidade cultural gaúcha. Apesar de se notar pouco essa linha de discussão em meio à enxurrada de ensaios ufanistas à emergente literatura brasileira, o problema da cor local se fez presente e foi essencial no retorno encontrado na produção dos autores gaúchos. Baumgarten defende que os elementos presentes em obras de Apolinário Porto Alegre, Bernardo Taveira Júnior e Múcio Teixeira, mesmo que superficiais, são um o pontapé inicial à literatura regionalista do Rio Grande do Sul, já que tiveram a intenção principal que era o uso da paisagem local e da figura do homem gaúcho como referência. Segundo o pesquisador, o uso dos costumes, lendas e tradições

gaúchas viria a atingir maior grau de maturação nas obras de autores posteriores como José Simões Lopes Neto.

Apesar das limitadas contribuições à produção crítica gaúcha, o período romântico viu se desenvolver algo interessante que é a “crítica da crítica”, ou seja, quando o crítico escreve sobre sua própria natureza e prática. O material que os literatos da época produziram nesse sentido é valioso para a presente pesquisa. Torna perceptível, antes de mais nada, que a própria falta de preparo daqueles intelectuais para avaliar literatura era um entrave à discussão mais profunda, uma limitação que eles próprios enxergavam, como Bernardo Taveira Júnior:

O nosso jornalismo, com raríssimas exceções, ainda é pouco ilustrado para tratar de assuntos literários, cuja crítica demanda grande variedade de conhecimentos, requer muita agudeza de espírito, muito estudo e bom gosto. São quesitos estes indispensáveis aos que desejarem ter as honras de crítico imparcial. (Taveira Júnior 1870)

Além de relativizar a legitimidade do ensaio crítico encontrado, à época, nos periódicos gaúchos, Taveira Júnior demonstra preocupação com a imparcialidade de quem produzia esses ensaios e mesmo com a tendência dos jornalistas a evitarem uma análise dos textos para se dedicarem ao elogio banal. Ao tratarem da produção local, eles se perdiam em opiniões motivadas pela simpatia que tinham pelos autores, notadamente outros críticos atuantes na cena literária. Da mesma forma que as associações literárias colaboraram para o nascimento de uma literatura característica do Rio Grande do Sul, também elas trouxeram barreiras ao desenvolvimento de um pensamento crítico independente, fazendo predominar o advento do “coleguismo” entre a intelectualidade gaúcha.

## **CAPÍTULO 2 - A crítica literária na virada do século XX**

O crescente aumento do acesso da sociedade gaúcha aos livros, e o processo de consolidação de uma literatura regional no Rio Grande do Sul – aliado à maior quantidade de autores sendo publicados no Estado – deram espaço ao assunto nos jornais noticiosos do Estado. Com a transição entre a fase romântica e a naturalista – que viria a preparar terreno para o século XX e o Modernismo – um interessante fenômeno ocorreu na crítica literária gaúcha. Na mesma medida em que ocupava pequeno espaço nos grandes jornais – normalmente em notas de rodapé ou colunas – se desenvolveu e alcançou novo status com as primeiras publicações em livro. Essa condição, no entanto, não estagnou a profusão das revistas literárias, que continuavam a surgir e desaparecer em ritmo forte no Estado.

Foi nas páginas da revista Eco de Ultramar que se encontraram os primeiros sintomas do pensamento científico e positivista que passava a influenciar a intelectualidade gaúcha na década de 70 do século XIX. A influência das teorias de Charles Darwin, na ciência, e de Augusto Comte, na filosofia – e que já encontrava reflexos no pensamento político – no Rio Grande do Sul, se fez com mais força no campo das Letras a partir do contato de literatos como Carlos von Koseritz com a Escola de Recife - então grande centro cultural do País - de onde vinham as idéias de Tobias Barreto e, principalmente, Sílvio Romero. O Eco de Ultramar era um periódico semanal, que começou a circular em 1876, de propriedade e direção de L. Kraemer Walter. Nas suas páginas, notava-se clara a influência do pensamento europeu que, traduzido pelos muitos colaboradores de origem alemã da revista, traziam as últimas idéias relacionadas ao cientificismo crescente na literatura estrangeira. O Eco de Ultramar dedicou grande espaço – quase todo, aliás – à discussão do ideal Positivista, colaborando assim, de um lado, à integração do Sul com o Norte, em um intercâmbio direto de idéias com Recife, e, de outro, com a ruptura aos conceitos românticos oriundos da escola francesa.

A influência do Eco de Ultramar na divulgação do ideário crítico cientificista se fez sentir no periódico Álbum de Domingo, surgido em 1878, em Porto Alegre. Sua maior importância reside justamente na falta de uniformidade de idéias de seus

colaboradores, o que motivou muitas vezes discussões inteiras, nas mesmas páginas da publicação, entre lados divergentes do pensamento literário local. A esse contraponto de idéias se deve grande impulso à crítica literária gaúcha, por ter se aliado ainda à efervescência cultural e política da época, fugindo do campo meramente literário. Dessa forma o Álbum de Domingo teve, entre seus colaboradores, figuras como Apolinário Porto Alegre e Múcio Teixeira, vinculados ainda às idéias do Romantismo, mas também Carlos von Koseritz e Damasceno Vieira, militantes contumazes do cientificismo.

A idéia das sociedades literárias não soçobrou aos novos dogmas que surgiam e ganhavam corpo na vida cultural do Estado. Em 1880 surgiu a Sociedade Científica Culto às Letras, fundada em Porto Alegre por oficiais-alunos da Escola Militar – então, ambiente propício à disseminação do Positivismo, que motivava ainda mais o debate republicano e abolicionista. Um mês após sua fundação, em outubro daquele ano, a agremiação passou a publicar a sua Revista Mensal. A Sociedade Científica Culto às Letras nasceu já forte – assim como também na política – por ter em seus quadros parte da elite cultural e econômica da Capital. Fator determinante para o prestígio que alcançou essa publicação à época – não se fugindo aqui do mérito intelectual de seus diretores e colaboradores, qualidade textual e pertinência editorial – foi o fato de sair da Escola Militar, então única instituição de ensino superior no Rio Grande do Sul. A Escola Militar havia sido criada ainda há pouco, mas já começava a ganhar importância no debate político e cultural por trazer à tona idéias mais ligadas à efervescência cultural do centro do país. A academia passou a influir na opinião pública de uma sociedade que até então não tinha acesso à informação, restrita a uma elite que aos poucos foi cedendo espaço à nascente burguesia da Província. A Revista Mensal foi o estopim de um lento processo de integração do Rio Grande do Sul à vida política e cultural do País.

Apesar de certo distanciamento dos três principais centros culturais do Brasil – a Corte, São Paulo e Recife – a opinião pública da Província e principalmente sua elite não eram estranhas ao curso e prestígio que essas idéias e postulações conquistavam dia a dia no País. Pelo contrário, ecoavam elas aqui de modo muito expressivo, faltando-lhes apenas os estímulos da arregimentação e a presença de uma liderança efetiva. (Ferreira 1975)

A série de doutrinas emergentes desse período, vinculadas à colocação da ciência como centro do saber, colaborou tanto na literatura sulina, com a profusão de novas idéias e movimentos literários delas decorrentes, quanto na imposição da necessidade de um sistema para se fazer crítica literária, antes baseada nas impressões pessoais de quem as escrevia. Na esteira desse processo, Damasceno Vieira inaugurou nova fase do gênero no Estado ao publicar, em 1883, *Esboços Literários*, primeiro livro a tratar exclusivamente do ensaio literário, até então limitado às páginas dos periódicos. Três anos depois, Carlos von Koseritz publicou *Alfredo d'Escragnolle Taunay*, estudo biográfico do Visconde de Taunay, autor de *Inocência*. Em ambos os trabalhos, assim como no restante da obra de Damasceno Vieira e Koseritz, ficava clara a valorização de obras que exprimiam uma concepção cientificista do mundo, à maneira do que defendia o Positivismo. Avalia-se o rigor do texto literário à realidade, em uma idéia da literatura como ciência exata, não infectada pela subjetividade e pela metafísica, que eram considerados um atraso ao progresso do homem. Os textos eram analisados a partir dos princípios de meio, momento e raça, em um determinismo lancinante. Dessa forma, se tornava comum, por exemplo, o biografismo do autor como método para avaliar a criação de sua obra – a verossimilhança entre vida e obra era louvável e merecedora de elogios.

A partir do final da década de 70 do século XIX, a imprensa gaúcha já se desenvolvia vinculada a aspectos comerciais. Era o começo das empresas jornalísticas, que viriam a se comprometer com expedientes como anúncios publicitários e assinaturas para captação de recursos, além de disponibilizarem conteúdos que fugiam do meramente ideológico. O jornalismo se transformou em um negócio, e a orientação editorial dos veículos que circulavam pelo Estado sentiu o peso dessa mudança, ainda atenta à crescente alfabetização. Importante lembrar que no final do século XIX surgem as primeiras instituições de ensino no Estado: a Escola Normal e o Ateneu Rio-grandense (1871), o Liceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária, a Escola Prática de Agricultura, a Escola Militar e a Escola Prática de Tática e Tiro.

Assim como aumenta em tamanho o público a ser atingido pela imprensa gaúcha, aumenta sua diversidade, que, se antes atingia a antiga aristocracia rural e a pequena burguesia urbana, agora já se abre para as camadas mais populares,

além de maior presença feminina e, inclusive, infantil. O ritmo de publicações destinadas a cobrir esse público aumenta e, conseqüentemente, a importância das revistas literárias na opinião pública diminui. Os sintomas são sentidos também na cobertura dos fatos culturais pelos jornais informativos, onde o caráter noticioso dos eventos passa a superar a discussão intelectual.

Nesse estágio, a crítica literária gaúcha se desenvolvia tanto publicada em formato de livros, quanto ainda disponível em artigos de jornais e ensaios em revistas especializadas. A virada do século XIX para o século XX foi um período de grandes transformações no Estado, no campo da política, economia e cultura. De 1893 a 1895, o Rio Grande foi assolado pela Revolução Federalista, guerra civil que contrapôs os ideais positivistas encarnados pelo presidente do Estado, Julio de Castilhos ao pensamento liberal dos federalistas, que classificavam como tirania o governo de Castilhos, iniciado após a proclamação da República em 1889. O Rio Grande do Sul ainda guardava heranças da Guerra dos Farrapos e da Guerra do Paraguai, e a sociedade recém se desenvolvia nos centros urbanos. O embate entre a identidade local e a nacional se fazia sentir na formação cultural dessa sociedade, que tinha recente e limitado acesso à educação e à informação. Além disso se contrapunha o sistema quase feudal que dominava a paisagem campeira ao crescimento populacional advindo da industrialização e da abolição da escravatura.

Nesse momento, quem vai colaborar decisivamente no amadurecimento da crítica literária sul-rio-grandense é Alcides Maya, devido a diversos fatores, a constar: desenvolvimento das idéias já presentes nos ensaios de Koseritz e Damasceno Vieira, vastidão e variedade temática de sua obra e, principalmente, sua influência no meio intelectual gaúcho no início do século XX. Mesmo atento às idéias científicas da época, Maya se destacou pelo não radicalismo ao importar essas teorias para o campo literário, chegando mesmo a olhar com bons olhos a produção oriunda do Romantismo. O autor estreou na cena literária com *Pelo Futuro*, livro de 1897, formado por artigos que versavam sobre temas não só restritos às Letras, mas também assuntos históricos e filosóficos. Em 1900, publicou *Através da Imprensa*, uma compilação de artigos escritos por ele e que saíram na imprensa gaúcha – principalmente no *Correio do Povo* e no *A República* – nos dois anos anteriores.



A problemática da literatura gaúcha dentro de uma literatura nacional foi discutida desde os primeiros ensaios do movimento romântico no Sul, e com claro fundo político. As feridas da Revolução Farroupilha não se cicatrizaram entre e a intelectualidade da época, que convivia mesmo na virada do século com dúvidas sobre a verdadeira identidade gaúcha. Apolinário Porto Alegre é o exemplo maior dessa busca pela cor local. Na sua obra, tanto crítica quanto ficcional, convivem ao mesmo tempo as louvações à formação de uma literatura legitimamente brasileira, na qual o Rio Grande do Sul tem por dever se integrar, e a valorização do gaúcho farrapo, em sua figura mítica de homem livre, nobre e guerreiro. Entre a intelectualidade gaúcha, residente predominantemente em Porto Alegre – que é, até hoje, homenageada como “leal e valorosa” pela resistência que impôs aos separatistas – se impunha polêmica ao tema. Enquanto alguns, como Apolinário Porto Alegre, buscavam a conciliação, outros pendiam para os extremos ideológicos da exaltação ou negação dos ideais separatistas. Independente das maneiras com que os gaúchos reagiram à discussão, a literatura que se produziu desde esse período e pôde ser chamada - como queriam os românticos e os modernos, aí incluindo também os naturalistas - de original foi a dita regionalista.

Alcides Maya dedicou grandes estudos ao tema do regionalismo gaúcho. Nesse ponto, aliou o ideal romântico do nobre cavaleiro com a análise cientificista do homem e seu meio. Nessa ótica, era o gaúcho um fruto do ambiente selvagem dos Pampas, mestiço do índio e do ibérico – o casamento de José de Alencar: Peri e Ceci, com uma roupagem darwinista, transposto ao Sul. Formava-se, então, a identidade cultural do gaúcho, o antepassado perfeito e, mais que isso, o protagonista ideal para a literatura sulista. Nota-se, nessa construção, a total ausência do negro; assim como dos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos recém chegados à região. Maya irá defender ainda o cultivo dos autores gaúchos pela valorização da cultura local, em suas tradições e lendas, abrindo caminho para obras como as de João Simões Lopes Neto.

A contribuição de Alcides Maya pode ser sentida na influência que ele acabou por exercer tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil na discussão literária e cultural. Em âmbito nacional, ganhou destaque com seu ensaio em livro Machado de Assis – Algumas Notas Sobre o Humor, de 1912, ao defender o autor como

expoente máximo da literatura brasileira, uma posição que ia contra as críticas à ausência de brasilidade na obra de Machado. Da visibilidade que ganhou nesse momento, veio sua indicação à Academia Brasileira de Letras em 1914 – foi ele o primeiro gaúcho a atingir tal posição. No Sul, já gozava de prestígio devido à sua constante atuação na cena cultural local, exercida em diversos periódicos de grande circulação, como no *Correio do Povo*, que, fundado em 1895, crescia em tamanho e alcance de público. No final de sua produção crítica, quando já estava presente no centro das discussões literárias do país, Maya procurou se distanciar do cientificismo que impregnara sua geração, relativizando grande parte das premissas teóricas que guiaram esse movimento nas Letras. Nesse aspecto foi, no final de sua vida, se aproximando cada vez mais da crítica impressionista que era praticada por nomes como o do jornalista sergipano João Ribeiro.

Na época em que Alcides Maya dominou a crítica literária gaúcha, diversos outros autores tiveram colaborações regulares nos jornais de Porto Alegre. Não por acaso, a maioria deles se insere no método de crítica impressionista já mencionado, mais vinculado a explorar as sensações do autor decorrentes da leitura da obra, em uma linguagem que tanto bebe do Impressionismo propriamente dito – como o movimento artístico que prima pela ruptura a padrões rigorosos na criação – quanto casa com a crônica jornalística, mais solta que os tradicionais textos acadêmicos, em um estilo direto e despojado. Destacam-se, entre outros, os nomes de João Maia, José Paulo Ribeiro e Zeferino Brasil.

Zeferino Brasil manteve por duas vezes colunas regulares no *Correio do Povo*: *Esboços de Crítica*, em 1909, e *Prosa das Terças*, em 1911. Nos seus textos se nota pouca profundidade teórica e uma detalhada de suas reações ao ler as obras a que se propunha criticar. Essas características, somadas a uma linguagem típica da poesia simbolista acabavam por revestir suas críticas de evidente literariedade, como podemos notar pelo seguinte trecho retirado de um de seus textos, a respeito do livro de versos *Estalactites*, de João Pinto da Silva:

“Terminada a leitura desta magistral peça poética, respirei. Estava em presença de um artista e fui desassombrado percorrendo o livro. O sr. Pinto da Silva é hábil na metrificação, além de comedido no colocar a pedra fraseológica no edifício poético em construção.” (Brasil 1910)

João Maia também teve grande contribuição à produção crítica publicada pela imprensa da época. Escrevendo principalmente para o *Correio do Povo*, se diferenciou de Zeferino Brasil por evitar a análise de cunho impressionista e chegar, inclusive, a uma tentativa de sistematização da literatura gaúcha produzida até o momento, no artigo *Terra da Promissão*, de 1910. Já José Paulo Ribeiro teve menor participação nos periódicos gaúchos, tendo como seu maior valor a atenção que deu à obra de João Simões Lopes Neto. José Paulo Ribeiro encontrou na ficção do escritor pelotense qualidades que foram ignoradas, por outros críticos, a constar, principalmente a lida com a temática regionalista – elemento defendido com ardor, em contraponto às referências jocosas que ele fazia à poesia Simbolista e Naturalista.

Assim como os dois primeiros citados, também José Paulo Ribeiro publicou nas páginas do *Correio do Povo*, inclusive com o artigo mencionado sobre Simões Lopes. Essa estatística desde já mostra o espaço dado pelo jornal à crítica literária, sem que se negue também a não menor contribuição de outros periódicos de grande circulação sediados em Porto Alegre, como *A Reforma*, *Jornal do Comércio*, *A Federação*, *A Notícia* e *O Diário*, abastecidos por uma grande leva de colaboradores. A ressalva a ser dada é quanto à superficialidade dos textos que circulavam nessas páginas, que, se não à altura da produção de Alcides Maya, ao menos ajudaram na divulgação dos autores sulinos.

Caminhando mais próxima da fase modernista a que se jogaria a literatura brasileira e, por conseqüência, a gaúcha, a crítica no Estado viria a ter como próxima referência João Pinto da Silva. Após iniciar sua atividade nas páginas de periódicos de Porto Alegre – à maneira dos seus contemporâneos – publicou *Vultos do Meu caminho* (*Estudos e Impressões de Literatura*) em 1918, vindo depois a ter impressa uma grande quantidade de livros de crítica, poesia, crônica e história. Sua grande importância se deve à extensão e profundidade de sua obra crítica. Nesse sentido, abarcou todo o processo literário no Estado na primeira metade do século XX, da ainda ativa e ingênua corrente científicista à formação do moderno romance gaúcho. Seu estilo de crítica se destacou pelo exame específico da obra literária, daí excluindo afirmações genéricas motivadas por concepções doutrinárias, como até então era corrente nos outros estudiosos.

João Pinto e Silva dedicou-se com maior efusão à análise da poesia, em especial do movimento simbolista, do qual fez parte. Contudo, não se limitou a esse assunto, exercendo importante papel na cena cultural às vésperas da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Antes mesmo do histórico evento de 1922, Pinto e Silva já havia evidenciado a transformação pela qual passava a literatura do centro do País, com comentários sobre livros de Monteiro Lobato e Guilherme de Almeida, entre outros. A partir das realizações que os paulistas faziam no caminho da literatura modernista, Pinto e Silva buscou encontrar suas manifestações no Rio Grande do Sul, encontrando porém, em um primeiro momento, poucas novidades tanto na poesia – ainda impregnada pelo Simbolismo – quanto na prosa.

Em outra contribuição valiosa, Pinto e Silva, avançou no problema da nacionalidade, trazendo elementos econômicos e sociológicos à discussão do regionalismo. Dessa forma, desenvolve a noção de uma pátria latino-americana, então impensável, aproximando culturalmente o gaúcho dos outros povos do Prata. Ao focar a formação de uma literatura nacional, critica o idealismo das gerações anteriores e seu sonho de construir uma nova cultura em um país em tempos modernos, quando os transportes e as comunicações levavam as sociedades a um caminho inverso. Também ele se ateve às discussões sobre tendências separatistas no regionalismo gaúcho, e nesse ponto se firmou convicto contra essa possibilidade, ao negar a valorização do local como forma de detrimento da cultura brasileira. Como grande saldo da pesquisa de Pinto e Silva sobre a literatura gaúcha, se impõe a História Literária do Rio Grande do Sul, de 1924.

### **CAPÍTULO 3 - Modernismo e modernidade**

Um importante processo que se deu desde a virada do século na vida cultural do Estado e, mais especificamente, de Porto Alegre, foi o avanço gradual da tecnologia de impressão, beneficiada pelo aparecimento da linotipo e na melhoria da qualidade do papel brasileiro. Esse cenário foi fundamental para promover o crescimento de uma indústria editorial gaúcha que teve, à época, a Livraria do Globo como referência. Apesar do efervescente ambiente social e cultural da Capital em meados dos anos 20, em que a Rua da Praia era cenário predominante, e muito se sabia do que passava no centro do País, as idéias modernistas instauradas em São Paulo na Semana de Arte Moderna de 1922 não encontraram por aqui a mesma repercussão. Apesar do desenvolvimento econômico, industrial e populacional de Porto Alegre, a cidade não se mostrou ambiente propício à disseminação das vanguardas recém importadas da Europa. A sociedade ainda era provinciana, muito fechada a valores tradicionais: assim, como não absorvera por completo as tradições literárias passadas, não sentia o clamor da mudança pregado pelos modernistas. Em alguns poucos artigos de jornal que se dedicaram a comentar os eventos recém acontecidos em São Paulo, o tema foi tratado com descaso e recriminação.

Os primeiros efeitos foram sentidos tempos depois, principalmente a partir de 1925, com importantes acontecimentos na vida intelectual da cidade. Destaca-se aí, no campo das Letras, a fundação do Diário de Notícias, jornal que acolheria, dois anos depois, em sua Página Literária, as principais figuras do movimento modernista gaúcho. Em 1925 também ocorre a primeira grande polêmica sobre os modernistas na imprensa gaúcha, entre Moysés Vellinho e Rubens de Barcellos, sobre a identidade gaúcha presente na obra de Alcides Maya. São desse ano os lançamentos de No Galpão, de Darcy Azambuja, e Tropicilha Crioula, de Vargas Netto, ambos editados pela Livraria do Globo – que trariam, junto a outras obras, um caráter regionalista impregnado pelas idéias modernistas. Na mesma época foram relançadas as obras de Simões Lopes Neto, motivando sua releitura crítica. Em um movimento de integração ao pensamento da intelectualidade paulista, acentuou-se a

correspondência, a partir desse ano, entre os modernistas gaúchos e teóricos como Mário de Andrade, um dos idealizadores da Semana de 1922.

A mais ousada tentativa de fazer refletir, no Rio Grande do Sul, as idéias das vanguardas modernas, foi a publicação da revista *Madrugada*, em 1926, periódico que chegou apenas à quinta edição. A *Madrugada* foi idealizada e publicada por um grupo de jovens intelectuais da burguesia porto-alegrense, entre os quais Augusto Meyer, Theodemiro Tostes, João Santana, Miranda Netto e J.M. de Azevedo Cavalcanti. Em seu projeto editorial, a revista se configurava como termômetro da cena cultural de onde provinham seus colaboradores – à maneira de outras publicações existentes no período, como a *Kosmos* e a *Mascara*, se dedicou à crônica da vida social de Porto Alegre tanto quanto à digressão em temas como literatura, teatro e artes plásticas. Essa prerrogativa era vital para que a discussão sobre as novas vanguardas se tornasse palatável a um público maior, que extrapolasse os pequenos círculos de literatos e artistas locais.

Os debates culturais na Porto Alegre dos anos 20, portanto, pareciam estar no limiar entre a modernização e a manutenção de práticas e de valores estabelecidos. Ao longo de seus cinco números, *Madrugada* expressou as características refratárias e pouco radicais do movimento modernista no estado e buscou ampliar seu público ao enfatizar a interlocução direta com as mulheres. Configura uma representação eclética de meados dos anos 20: simbolismo, regionalismo, construção da cidade burguesa, ensaio dos novos. Em tom conciliatório, reflete a dificuldade da elite letrada sulina em romper com a tradição (Golin 2007)

Tal forma de aproximação, em que a *Madrugada* contava com forte apelo estético – alicerçado em um inovador projeto gráfico – uso de humor coloquial e expediente de anúncios publicitários pontuais – em geral, de bens de consumo destinado às elites, como jóias e automóveis – tanto era influenciada quanto acabou influenciando no processo de transformação da cultura em bem de consumo pela sociedade porto-alegrense. Esse processo, que é não mais que um reflexo do avanço do Capitalismo no campo cultural – algo que já era sentido em outros lugares, claro – culminou em novas maneiras de lidar com a divulgação da cultura nos periódicos gaúchos.

A Livraria do Globo, fundada a 1883, se tornou protagonista do mercado editorial gaúcho a partir de 1909, quando adquiriu um moderno maquinário, incluindo a primeira linotipo do Estado. A partir do final da primeira guerra, a livraria começou a publicar o Almanaque Globo, que contava com a direção de João Pinto da Silva e Mansueto Bernardi, e ainda editou uma vasta obra de autores gaúchos. Nesse contexto cultural, ganhou grande significação a Revista do Globo, que, editada no Rio Grande do Sul, a partir de 1929, ousou competir em nível nacional com a maior revista de variedades da época, O Cruzeiro. A pauta desse periódico, apesar de ter predominância de assuntos culturais, principalmente sobre literatura, trazia um apanhado de informações de eventos do Estado, como bailes de carnaval e festas de clubes, além da publicação de fotos de damas da sociedade porto-alegrense.

Francisco Rüdiger (1995) enquadra a Revista do Globo no que chama de fase “informativa moderna” da imprensa gaúcha. Segundo ele, o periódico se difere em diversos pontos do jornalismo que era produzida no Estado até essa época, a constar: análises políticas não mais ligadas a partidos e ideologias fixas, prevalecendo maior multiplicidade de enfoques; abertura para mais de um assunto, aproximando-a da linha de Variedades que temos hoje em diversas revistas; grande espaço destinado à veiculação de publicidade; e, finalmente, a ampliação do seu mercado consumidor. Esse último fator pode ser creditado à abertura temática da revista, assim como pode explicar a maior atratividade para anunciantes.

A Revista do Globo contribuiu para o crescimento da veia editorial da empresa, que viria a se constituir Editora Globo nos anos 30, e, em conseqüente, para o papel que ela viria a exercer cada vez mais na construção de um moderno sistema literário gaúcho. Sua influência viria a aumentar cada vez mais após a Revolução de 30, que colocou Getúlio Vargas no poder e contribuiu decisivamente na formação do romance histórico, que viria a ser a tônica da literatura gaúcha nesse período.

Nota-se que a chamada “desvinculação partidária” a que Rüdiger se referia em seu já citado postulado sobre a posição da Revista do Globo na história da imprensa gaúcha se constituía em um elemento meramente oficial. Não há como separar a atuação do periódico da ideologia do círculo de intelectuais que a produziu em seus primeiros anos. Segundo Odaci Luiz Coradini, a discussão cultural no

periódico no começo da década de 30 foi motivada e se guiou, desde o início, ligada ao Varguismo.

Ocorre que, pelo menos no período inicial, a “cultura” estava diretamente a serviço de uma “empresa” política, a mobilização pela legitimação do movimento que resultou na Revolução de 30. A confluência entre essa “empresa” política e a “cultura” foi facilitada pela preexistência do chamado “Grupo da Globo”, ao qual se vinculava diretamente boa parte das elites políticas e intelectuais regionais, entre as quais estavam aqueles que logo após seriam os líderes da Revolução de 30. Em termos mais imediatos, a criação da revista resultou da intervenção direta de Getúlio Vargas, então deputado estadual. (Coradini 2003)

A partir desse grupo de intelectuais se deu que podemos chamar de um “engajamento cultural”, ancorado na idéia de “gauchização” do Brasil representada pela Revolução de 30. Mansueto Bernardi, então diretor da revista, teve papel central na construção dessa linha editorial ao buscar uma unificação da identidade local baseada na eleição de mitos e heróis do povo gaúcho. Essa construção não se atinha mais à discussão cultural, como um estudo especificamente literário, por exemplo, mas antes estava a serviço de uma forte propaganda ideológica, em que pesavam os recentes eventos políticos no Estado e no País.

A partir da entrada de Érico Veríssimo na Globo, a linha editorial da empresa caminha mais limitada à área cultural e social. Ele próprio cuidou da Revista do Globo após a saída de Bernardi, em 1933, e a partir dessa mudança se nota uma distensão do grupo em relação à política de Vargas – que se transformaria em ditador em 1937.

A grande guinada, porém, só se dá a partir da publicação de Olhai os Lírios do Campo, best-seller em escala nacional de Érico Veríssimo, publicado em 1938. A partir desse momento a Globo passou a traduzir e publicar uma grande leva de autores estrangeiros, de clássicos como Honoré de Balzac e Edgar Allan Poe à literatura contemporânea de Aldous Huxley e Somerset Maughan.

Érico Veríssimo viria a se consolidar como um grande editor – além se suas conhecidas aptidões para a literatura. Na sua gestão à frente da Editora Globo, são diversas as medidas adotadas que introduzem a empresa e a cena literária gaúcha



em um período de modernização econômica e cultural. Veríssimo instituiu como expediente a organização de programação editorial para a tradução de obras estrangeiras, estratégias de seleção e elaboração das publicações e ao acompanhamento da seqüência de tarefas na editoração do livro, do manuscrito ao produto final. Diversas atividades por ele exercidas à frente da Globo exemplificam sua contribuição ao moderno sistema editorial no Estado: além de selecionar e indicar obras e autores, fazer contato com tradutores e fiscalizar o trabalho desses profissionais, dava atenção à maneira com que a edição chegaria às bancas, escolhendo o formato apropriado para o volume, a composição do texto, a capa e, mesmo como se daria o lançamento do livro.

Já estabelecida no mercado editorial brasileiro e na dianteira da cena literária gaúcha, a Editora Globo lançou, em 1945, a Revista Província de São Pedro. Focada na área cultural, a publicação alcançou projeção nacional e abrigou toda uma geração de escritores e pensadores que encarnavam a terceira geração do modernismo brasileiro. Editada por Moysés Vellinho, teve em suas páginas as contribuições de figuras de destaque como Clarice Lispector e Cecília Meirelles, além de Antonio Candido, grande crítico literário da época, e Sergio Buarque de Holanda, que além de crítico se firmou principalmente como historiador, desde a publicação de *Raízes do Brasil*, em 1936.

A Província de São Pedro nasceu como contraposição à linha política que a Revista do Globo adotara com a Revolução de 30. Nesse ponto, tratava-se de “despolitizar” a cultura gaúcha. Se no começo da Revista da Globo se configurara claro o uso da literatura como campo ideológico, predominando aí as opiniões favoráveis ao governo de Getúlio Vargas, na Província de São Pedro aparecia uma tendência dos intelectuais vinculados ao grupo de se focar na cena literária enquanto fenômeno alheio à publicidade partidária.

Ao contrário do caráter regionalista fechado que a Revista do Globo buscou em seus primeiros anos, a Província de São Pedro tentou incorporar a cultura local à nacional. Essa linha editorial pode ser notada pela presença de diversos colaboradores de fora do Estado, já com renome, como os já citados Antonio Candido e Clarice Lispector, mas mais ainda pela direção de Moysés Vellinho, vinculado à corrente lusitana da historiografia riograndense. A orientação intelectual

de Vellinho por si só confrontava o regionalismo da década de 30, ancorado por ideologias políticas e que colocava o Rio Grande do Sul à parte da formação cultural brasileira – mais que isso, em posição de combate a essa. O periódico, ao se distanciar do regionalismo “tradicionalista” e ideológico, se afastou também do grande público, vindo a se tornar referência para a elite cultural.

A Província de São Pedro chegou a vinte e uma edições, saindo de circulação em 1947. Depois desse período, a Editora Globo continuaria forte nacionalmente até meados dos anos 70, quando, por uma série de fatores, perderia sua influência na área cultural.

Maria da Glória Bordini, em entrevista, faz questão de ressaltar a importância que, em seu curto período, a revista teve na cena literária gaúcha, colocando os autores locais em posição de destaque nacional e publicando a maior parte do pensamento intelectual da época. Segundo a pesquisadora, o sucesso da Editora Globo como um todo foi vital para a formação de um sistema literário moderno no Rio Grande do Sul a partir dos anos 30 – aliado à crescente escolarização do Estado que, alcançou nos anos 50 e 60, o melhor nível educacional do Brasil, junto a Minas Gerais. Da mesma forma, segundo Maria da Glória, o Correio do Povo e o Diário de Notícias colaboraram nesse processo, sempre dando espaço às manifestações literárias e à crítica.

As contribuições da Editora Globo ao mercado editorial gaúcho incluem ainda a modernização da área de divulgação. Nesse aspecto, criou o Serviço Globo de Divulgação Literária, departamento destinado a fazer circular por jornais de todo país material da empresa – artigos sobre literatura e política, além de outros temas adjacentes – e veiculou propaganda em diversos periódicos além dos seus próprios, como no Correio do Povo. Os lançamentos eram anunciados ainda em catálogos, cartazes e folhetos. O alcance comercial da Globo a tornou quase um monopólio no mercado editorial gaúcho, se considerarmos ainda que a editora contou ainda com a maioria dos mais importantes escritores do Estado na época em seu catálogo. Essa posição hegemônica gera uma contradição. Segundo Maria da Glória Bordini, ao mesmo tempo em que desenvolveu o sistema literário gaúcho, o sucesso da Globo ajudou a gerar alguns dos problemas nesse sistema – e inerentes à cultura de massa. Publicações como a Revista do Globo e a Província de São Pedro, por

exemplo, careciam de isenção crítica ao discutir a literatura produzida no Rio Grande do Sul na época – o que aparecia de mais importante era publicado pela própria Globo. Da mesma forma, a influência econômica que a empresa exercia em outros veículos devido ao investimento em publicidade é precursora de uma discussão que se terá em grau cada vez mais acentuado no Estado até hoje – e será mais explorada na segunda parte do presente trabalho.

Maria da Glória Bordini elenca diversos fatores para a diminuição da influência da Globo na cena literária gaúcha até ser vendida à Rio Gráfica Editora (RGE), de Roberto Marinho, em 1986. Como principal está a ditadura militar e seu Milagre Econômico, que motivou na virada dos anos 60 aos 70 a compra de pesado maquinário pela empresa – que assumiu dívida visando uma prosperidade econômica brasileira que não se confirmou. Também colaborou o fortalecimento da concorrência, tanto de novas editoras quanto de outras mídias, como a televisão, que mesmo existindo desde 1950 no Brasil foi se popularizar definitivamente a partir das décadas seguintes.

A partir do final da Província de São Pedro, em 1947, o maior acolhedor da cena literária gaúcha foi o Correio do Povo. Desde sua fundação, o jornal sempre dedicou espaço ao assunto. Na virada do século, já publicava poemas de autores conhecidos como Apolinário Porto Alegre e Múcio Teixeira. Durante a primeira metade do século XX manteve a seção Literatura, com ensaios críticos e produção literária de autores locais. A partir de 1954, publicou as Páginas Literárias, duas páginas semanais que, organizadas pelo jornalista Carlos Reverbel – que escrevera na Revista do Globo e participara da criação da Província de São Pedro – sintetizavam os acontecimentos e idéias da literatura gaúcha.

Em 1967, surgiu o Caderno de Sábado, histórico suplemento cultural do Correio de Povo que influenciou e marcou toda uma geração de leitores e autores gaúchos. Até 1981, sendo dirigido por Paulo Fontoura Gastal (P. F. Gastal) e Oswaldo Goidanich (Goida), o suplemento contou em suas páginas com a colaboração de autores, jornalistas e críticos literários já consagrados, como Moysés Vellinho, Guilhermino César e Mário Quintana, e novos nomes da cena gaúcha, como Carlos Nejar e Lya Luft entre outros. O farto material de ensaio crítico dividia

espaço – o número de páginas variava de 16 a 32 páginas – com produção literária de autores locais e reportagens culturais.

O maior embate, mesmo, ficava no campo da crítica literária, em que a geração de autores dados à crítica impressionista entrava em confronto com jovens recém saídos da Universidade, que buscavam uma crítica mais analítica. Nessa nova corrente de críticos saídos dos círculos acadêmicos se destacaram, por exemplo, Sergius Gonzaga, Regina Zilbermann e Antônio Hohlfeldt. De influência estruturalista e já há muito limitada às universidades, essa crítica apareceu como contraponto ao ensaísmo de figuras como Paulo Hecker. A crítica literária estruturalista analisa a obra cientificamente, a partir da relação de seus elementos enquanto fenômenos intrínsecos à própria obra – rejeita assim, então, leituras de caráter sociológico, histórico ou psicológico.

As páginas do Caderno de Sábado abrigavam textos longos, que às vezes se estendiam por sucessivas edições. Além dos ensaios literários, ganhavam destaque outras manifestações artísticas, como no cinema, artes plásticas e teatro, além de questões filosóficas e nas áreas da sociologia e história. Da mesma forma tinham relevância as discussões sobre comportamento, ligando o Caderno de Sábado à efervescência cultural que se sentia, do exterior, refletir no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Algo que se tornou comum no suplemento da Caldas Júnior, e que também foi responsável pela sua transformação num colecionável (como avisa a edição de 22 de junho de 1968 ao promover uma indexação rigorosa dos cadernos a pedido dos leitores), foram os textos publicados em série, uma solução para superar o espaço prisioneiro de um jornal tablóide. Temos, em 1967, a divulgação do estruturalismo em três ensaios seguidos de Merleau-Ponty sobre Lévy-Strauss ou um ensaio de Althusser dividido em duas edições. Sabe-se que *Eros e civilização* de Marcuse e *A revolução na revolução* de Régis Debray foram livros de cabeceira dos intelectuais durante a primeira fase da ditadura militar; entre 1964 e 1968 houve uma divulgação significativa de autores de viés marxista como Lukács, Goldman, Althusser e Marcuse, os três últimos presentes não só como tema, mas também como articulistas do *Caderno*. Filósofos e professores gaúchos colaboram na publicação, assinando séries temáticas sobre fenomenologia (Ernildo Stein) e linguagem a partir de Sartre (Gerd Borheim). (Golin 2005)

A temática cosmopolita do Caderno de Sábado dava, em contrapartida, espaço generoso à cultura local. A página 3 foi durante muito tempo abrigo para o crítico Guilhermino César discutir a literatura gaúcha passada e presente. Muitas páginas foram dedicadas à historiografia literária do Estado, ganhando destaque a geração modernista dos anos 20 e o movimento romântico simbolizado pelo Partenon Literário. A discussão aberta e abrangente, tanto pela diversidade temática quanto pelo extenso e heterogêneo grupo de colaboradores, fez do Caderno de Sábado influência vital na literatura que se produziu no Estado após a década de 70. As releituras do regionalismo gaúcho desde o século XIX encontraram no suplemento do Correio do Povo sua interpretação mais livre, e a partir daí se construiu uma literatura mais diversificada também.

A partir de 1968, com o Ato Institucional nº5 da Ditadura Militar, a literatura gaúcha segue tendência semelhante à do resto do país, enveredando-se pelo romance alegórico (como exemplo, a ficção que Érico Veríssimo passa a produzir no período), pelo conto intimista (observável na obra de Caio Fernando Abreu) e por uma poesia que volta às estéticas parnasiana e simbolista (representada por Carlos Nejar, entre outros). Também o Caderno de Sábado sofre com a censura, limitando-se a fazer poucas referências dos acontecimentos políticos do País. Mesmo assim, o suplemento se manteria até 1981, transformado em Letras & Livros – fato creditado às dificuldades financeiras da empresa Caldas Júnior nesse período.

Maria da Glória Bordini, Luiz Antônio de Assis Brasil, Antônio Hohlfeldt e Charles Kiefer colocam o Caderno de Sábado como último grande empreendimento da imprensa gaúcha no terreno da crítica literária, seja pela sua importância histórica, seja pela sua qualidade editorial. De fato, depois do Caderno de Sábado nenhum projeto semelhante se viu nos grandes jornais do Estado, incluindo aí o próprio Correio do Povo. Pelo contrário, o que se viu foi a diminuição do espaço dedicado pelos jornais à área cultural e cada vez menos revistas dedicadas ao assunto – que, quando surgem, têm uma duração efêmera. Nesse panorama, a crítica literária fica restrita ao ambiente universitário e a periódicos publicados no meio acadêmico. Na segunda parte da presente pesquisa, a discussão se torna mais atual – e os problemas mais vivos.

## **CAPÍTULO 4 - Onde está a crítica literária?**

A primeira parte desse trabalho termina com um cenário já descrito como instável. A profusão de periódicos literários na segunda metade do século XIX, que tanto contribuiu para o florescimento de uma literatura – e de uma cultura – local, encontrou no século seguinte uma sociedade em transformação, que seguia firme à modernidade já anunciada em outros países e mesmo no centro do País.

A própria noção do que é cultura e do seu papel na sociedade mudou aos poucos. Segundo Juremir Machado, a noção de indústria cultural construída pela Escola de Frankfurt está acima de qualquer discussão mais pontual sobre o espaço cada vez menor dado à crítica literária na imprensa. Livros, assim como quadros, músicas e peças de teatro – só para ficar nos exemplos mais sucintos – representam hoje mais do que seu conteúdo artístico. São bens de consumo. Ao se tornarem bens de consumo, estão fadados à lógica comercial que guia qualquer outro produto. As primeiras ações nesse sentido foram sentidas no desenvolvimento de um mercado editorial no Estado – no qual a Editora Globo colaborou decisivamente – mas também no desenvolvimento da imprensa gaúcha. Os veículos, antes ligados à propaganda ideológica – atividade partidária – ou à divulgação de discussões culturais – cujo carro-chefe era a Literatura – foram substituídos aos poucos por empresas jornalísticas preocupadas com o lucro, a partir do momento em que a informação passou a valer também como um bem de consumo.

É importante ressaltar que esse cenário está associado ao crescente número de leitores, tanto de periódicos quanto de livros – fenômeno que incorpora as diversas campanhas de alfabetização promovidas no Estado e no País ao longo do século XX. Essa ampliação de público serviu às necessidades comerciais de editoras e jornais, mas, ao mesmo tempo, se refletiu na popularização de seus produtos: a literatura e a informação. As grandes discussões literárias permaneceram acessíveis a uma restrita elite cultural, e desde então, quando tratadas em mídias de massa, são traduzidas para uma linguagem popular.

Ao longo do século XX, uma iniciativa como a do Caderno de Sábado pode ser tratada como uma exceção curiosa nesse processo. Não chega a ser uma

exceção, porém, se levarmos em conta, primeiro, a coragem com que Breno Caldas – então proprietário do Correio do Povo – se lançava em empreendimentos arriscados – atitude que contribuiria para a falência do jornal nos anos 80 – e, segundo, pela falta de iniciativas similares que já havia se evidenciado em jornais do centro do País, como Estado de São Paulo e Jornal do Brasil. Os suplementos literários que se desenvolveram nesse período – que se iniciou ao menos uma década antes do aparecimento do Caderno de Sábado – foram as primeiras tentativas de dar espaço especial à área cultural na imprensa diária. Interessante notar que com o passar do tempo esses suplementos passaram do caráter literário para o cultural e, finalmente, para o noticiário de Variedades.

O espaço da imprensa informativa aos poucos também absorveu o mercado de periódicos focados especificamente em Literatura. Esse processo antecede a absorção desse espectro pelas seções – e posteriores suplementos – culturais. No Estado, a última – e talvez única – revista do século XX que alcançou alguma notoriedade e sucesso focando apenas o debate e a divulgação literária foi a Província de São Pedro. Importante ressaltar nela dois aspectos: estava vinculada a uma grande editora, portanto tinha maior facilidade de circulação; e mesmo levando isso em conta, chegou a apenas 21 edições.

Atualmente, o que temos dedicado à Literatura na imprensa gaúcha? Nos grandes jornais o espaço é mínimo.

A Zero Hora tem o Segundo Caderno como suplemento diário de Variedades – não circula, porém, nos domingos. Considerando que a edição de sexta-feira se assume como agenda para o final de semana, e a de sábado se resume em repercutir parte desses eventos, sobram os cadernos de segunda a quinta-feira como espaço para repercutir melhor a cena cultural gaúcha. O problema é que a Literatura divide espaço com diversos assuntos, como shows musicais, exposições, peças de teatro, programas de televisão, famosos, cruzadinhas, horóscopo e palavras cruzadas. Isso sem contar as páginas destinadas ao roteiro cultural e programação televisiva – incluindo os resumos das novelas. Se o espaço dedicado a notícias da cena literária já é reduzido, pode-se imaginar então a escassez ainda maior de textos críticos. O jornalista Carlos André Moreira é quem cuida normalmente da área de literatura no Segundo Caderno, e é responsável por escrever resenhas críticas sobre livros, quando possível. Ele admite a falta de espaço do jornal ao tema e, mais ainda, a textos opinativos. Mesmo assim, salienta

que uma recente reformulação no Segundo Caderno veio com a intenção de dar mais espaço à crítica – não só de literatura, mas também de cinema, música e teatro, por exemplo. Após a reformulação oficial realmente o jornalista ganhou algum espaço, mesmo que mínimo, para explorar algo próximo de um resenhismo crítico – condensado em colunas nas quartas-feiras. Contudo, com o passar do tempo, essa imposição se esvaneceu. Durante todo o maio de 2008 os textos etiquetados como “opinião” e dedicados à apreciação dos lançamentos literários não apareceram mais no Segundo Caderno. Ficaram as tradicionais matérias sobre novidades do setor livreiro e dicas de livros com textos curtos, baseados nos releases enviados por assessorias de imprensa. Junto ao trabalho de Carlos André Moreira se encontra, no Segundo Caderno, uma coluna dedicada à rotatividade quinzenal de personalidades da cena cultural gaúcha. Dedicada à manifestação livre de seus colaboradores, às vezes essa coluna sem nome fixo recebe gente da literatura, como Luís Augusto Fischer e Luiz Antônio de Assis Brasil, entre outros.

Aos sábados, a Zero Hora edita o caderno Cultura, dedicado a reportagens mais longas na área e ensaios sobre temas que incluem, também, Literatura. Na maioria das vezes esses ensaios são obra de colaboradores oriundos das universidades e têm maior liberdade de digressão – tanto em espaço quanto em profundidade – por assuntos que tangem também questões de Filosofia, Sociologia, Psicologia, entre outras áreas. A extensão dos textos, por mais que seja louvável ao possibilitar maior densidade, acaba resumindo a variedade de assuntos a serem abordados em cada edição. Normalmente com oito páginas, nem sempre o Cultura tem algo sobre literatura sendo publicado – ainda assim, lá estão, na segunda página, dicas de leitura aos moldes do Segundo Caderno.

Apesar das críticas que emanam desses parágrafos dedicados à Zero Hora, é importante reconhecer que, de uma maneira ou outra, existem espaços nesse veículo dedicados à literatura e, até, à crítica que não são encontrados nos outros jornais de grande porte do Estado. O Correio do Povo faz uma mera agenda cultural, enfeitada por pequenas notas. O Sul ocupa quase todo seu espaço de variedades com notícias sobre o mundo das celebridades – ainda assim, com mais fotos que textos. Desta forma, ao falarmos de jornalismo diário na imprensa gaúcha, o que achamos sobre Literatura está mesmo nas páginas da Zero Hora, independente de quantidade ou qualidade.



Segundo Moreira, a seção de cultura dos jornais é sempre a que mais sofre com as reformulações editoriais. Essa constatação é observada também por Daniel Piza, que credita isso à idéia que se tem hoje em dia da cultura como algo supérfluo – imaginário que atinge também a cabeça de jornalistas e, logo, de editores (Piza 2004). Porém essa tendência apresenta um viés interessante: considerada como uma temática supérflua frente a assuntos como política, economia e esportes, a cultura é tratada sem densidade durante toda a semana – para ganhar, finalmente, algum espaço no sábado ou domingo. Enquanto nos cadernos diários, com a desculpa de uma necessária leveza de assuntos para a digestão do leitor – com pressa – aborda-se o noticiário banal, nos finais de semana os jornais apostam no outro extremo:

Os cadernos diários estão cada vez mais e mais superficiais. Tendem a sobrevalorizar as celebridades, que são entrevistadas de forma que até elas consideram banal (“Como começou sua carreira?” etc.); a restringir a opinião fundamentada (críticas são postas em miniboxes nos cantos da página); a destacar o colunismo (praticado cada vez menos por jornalistas de carreira); e a reservar o maior espaço para as “reportagens”, que na verdade são apresentações de eventos (em que se abrem aspas para o artista ao longo de todo o texto, sem muita diferença em relação ao press-release). Os assuntos preferidos, por extensão, são o cinema americano, a TV brasileira e a música pop, que dominam as tabelas de consumo cultural. Os cadernos semanais, por sua vez, quando não cedem para o estilo jornalístico dos cadernos diários, esquecendo que sua função seletiva deve ser exercida com mais fundamentação ainda, estão presos ao esquema das resenhas encomendadas a professores universitários, que não raro pecam pela escrita burocrática e lenta, com excesso de jargões e falta de clareza. A pauta, que ignora as lições de Benjamin e Barthes, também costuma ser limitada aos nomes “piramidais” e aos temas imediatamente associados à idéia de erudição. É possível, primeiro, falar sobre esses nomes e temas com um tratamento menos pomposo e insosso e, segundo, partir para outras faixas do repertório cultural, incluindo áreas de grande interesse popular como o futebol e a televisão, num tratamento diferenciado e reflexivo. (Piza 2004)

O fenômeno que se observa nos jornais diários se reflete também nas revistas. No cenário nacional, há muito tempo foi separado o conteúdo crítico e artístico das revistas de variedades – o que estava junto pelo menos até a década de 70. A forte segmentação temática que os periódicos começaram a tomar desde então proporcionou menor alcance do debate cultural – e, logo, literário – a um grande público. A imensa variedade de revistas dedicadas aos mais variados assuntos de certa forma escondeu as que optaram por discutir temas culturais. Os temas culturais mesmo se diluíram em periódicos dedicados a nichos específicos,

como Literatura, Cinema, Fotografia, etc. – e nesse processo todos perderam força. Revistas informativas como Veja, Istoé, Época e Carta Capital – para ficar nas quatro grandes – têm páginas dedicadas a Cultura, onde conseguem fazer certo meio-termo entre o texto noticioso e a resenha crítica. A Bravo!, que pode ser considerada a grande revista cultural do Brasil – apesar de sua tiragem modesta – cai em expedientes já observados anteriormente como sendo dos suplementos de jornais: agendamento e superficialidade.

No Rio Grande do Sul, a revista que se firma como referência na área cultural é a Aplauso. Circulando desde 1998, a Aplauso segue uma tendência comum a outras publicações culturais brasileiras: se mantém com ajuda de verba pública. Editada pelo Grupo Amanhã, tem apoio financeiro da iniciativa privada, por meio da LIC (Lei de Incentivo à Cultura) e se destina aos acontecimentos culturais em âmbito local. No site da revista, um texto explica a que ela se propõe:

**APLAUSO** é a revista de cultura do Rio Grande do Sul. É uma publicação dirigida à divulgação e ao debate de iniciativas artísticas produzidas no estado e no restante do Brasil. Tudo o que de mais relevante acontece no cinema, teatro, música, literatura, artes plásticas, arquitetura ou museologia, entre outras manifestações culturais, está nas páginas de **APLAUSO**. A revista também promove e estimula as ações empresariais de apoio à cultura.

No excerto acima se destaca principalmente a última frase. Ao promover e estimular ações empresariais de apoio à cultura a Aplauso estaria fazendo nada mais que propaganda do que a mantém viva. A dependência da imprensa cultural ao investimento privado é um reflexo óbvio da dependência da própria cultura a esses mesmos patrocinadores. O “apoio” de Gerdau e Santander à Aplauso, por exemplo, não é uma iniciativa isolada. A Gerdau recentemente financiou boa parte da construção do Museu Iberê Camargo em Porto Alegre, enquanto o Santander Cultural já virou referência na promoção de eventos culturais na capital. As LICs estimularam essa estratégia por parte de grandes empresas, que vêem com bons olhos a possibilidade de pagar menos impostos e valorizar sua imagem em um público formador de opinião.

Quanto à relevância da Aplauso enquanto veículo de jornalismo e, principalmente, levando em conta seu conteúdo crítico, a discussão é outra. As constantes matérias divulgando eventos patrocinados pelas grandes empresas gaúchas suscitam dúvidas quanto à independência editorial da revista. Nesse aspecto, mesmo as resenhas sobre livros têm o conteúdo híbrido entre crítica e divulgação – pendendo normalmente para a segunda possibilidade, como nos jornais diários. Leandro Sarmatz diz que é mais fácil ver críticas consistentes sobre livros de autores gaúchos em edições da Bravo! do que na Aplauso. Porém, ele frisa que o projeto editorial da Aplauso é tão independente quanto os de outras publicações sobre cultura, sempre vinculadas a imperativos mercadológicos para sua subsistência. Paulo Bentancur, colaborador eventual da revista, a considera, à parte de inconsistências críticas rotineiras, o único veículo que se salva no Estado quando o assunto é literatura. Nas suas palavras, “em cada edição, sempre um artigo ao menos se aproveita.”

Diversas outras revistas sobre cultura teimam em aparecer nas bancas gaúchas – e assim como surgem, somem em pouco tempo. No momento em que esta pesquisa foi feita chegava ao quarto número a Norte, revista da Arquipélago Editorial, de Porto Alegre. Vindo de uma editora há pouco tempo no mercado – começou em 2006 – a Norte tentará negar o passado recente de publicações criteriosamente planejadas e que não foram longe.

Os projetos mais ambiciosos saem com dinheiro público. Tanto por leis de incentivo quanto diretamente editadas por órgãos vinculados ao Governo Estadual ou à Prefeitura de Porto Alegre. O IEL (Instituto Estadual do Livro) – órgão vinculado à Secretaria Estadual de Cultura – fez circular de 1996 a 1998 a revista Continente Sul-Sur, depois a Vox XXI, entre 2000 e 2002 e, finalmente, a Arquipélago, entre 2005 e 2006. A atuação do IEL na difusão da literatura gaúcha conviveu desde sempre com dificuldades ligadas à falta de verbas e as mudanças comuns a cada governo que se inicia no Estado. Sobre as publicações mencionadas, interessante notar que cada uma delas nasceu em um período de governo e terminou imediatamente com a chegada do próximo. Problema inerente à mudança do quadro de funcionários do IEL a cada uma dessas transições. A última publicação, Arquipélago, chegou apenas ao sétimo número, apesar de sua periodicidade

trimestral e da ajuda financeira da Associação Lúgia Averbuck – que desde 1983 busca captar recursos fora da máquina pública para os projetos do IEL. A Secretaria Municipal de Cultura manteve por muito tempo – de 1990 a 2006 – a revista Porto & Vírgula, que no seu longo tempo em circulação teve papel importante na divulgação de artistas locais, promovendo diversas atividades culturais na cidade.

Paulo Bentancur, que esteve à frente nos três anos de atividade da Vox XXI, comenta a dificuldade de se trabalhar com cultura no Governo Estadual:

O RS, fora o tempo da Ditadura, com a revista Paralelo e o Coojornal, só veio a conhecer uma publicação que teve 25 edições, Vox XXI. Segundo o Moacyr Scliar, ‘a melhor revista cultural gaúcha em 30 anos’. Vieram as eleições e, em janeiro de 2003, com novo governo no estado, a revista fechou. A revista não era mais a questão. A questão, sim, era e é política. Nosso estado tem suas vocações de ACM na Bahia e dos carreiristas de gabinete das Alagoas.

Hoje, com dois anos da governadora Yeda Crusius no Piratini, o IEL não publicou mais nenhuma revista destinada à cultura nem qualquer projeto em livro. No site do instituto constam os projetos editoriais até 2006 e notícias referentes a outros tipos de iniciativas, como palestras e cursos, além de divulgação da literatura gaúcha em escolas públicas – desde sua fundação, o IEL manteve constantes programas destinados à rede de ensino. Nesse ponto percebemos que a minguada economia gaúcha – com as contas públicas à bancarrota – interferiu diretamente nas políticas na área de cultura. A relação desse cenário com de veículos de imprensa privados é inevitável. Do mesmo modo que as editorias de cultura costumam ser as primeiras a sofrer com reformulações em jornais diários, as iniciativas culturais promovidas pelos governos são sempre as primeiras atingidas no momento em que os governantes buscam a contenção de despesas.

A contribuição das políticas públicas não interfere apenas no desenvolvimento de veículos de divulgação e debate cultural, ou no financiamento direto de manifestações artísticas, mas também no sistema educacional. Maria da Glória Bordini salienta que é difícil levar cultura a uma sociedade sem preparo para absorvê-la. Querer difundir cultura letrada a uma população que mal sabe ler e

compreender um texto simples, segundo Maria da Glória, é uma intenção vazia de critérios práticos. Recente texto de Luiz Paulo Vasconcellos no caderno Cultura ressalta outro aspecto importante na cada vez maior dependência que a cena cultural tem do estado: o perigo de que ela fique restrita a uma noção de utilitarismo inerente a questões partidárias, em uma política de pão e circo. Vasconcellos observa, antes de tudo, a demagogia a que podem servir projetos culturais:

A secretária de Estado da Cultura - e, por tabela, a governadora também - precisam saber que "a intenção de usar a Cultura para promover a inclusão social" é picaretagem, demagogia ou, para ser um pouquinho mais erudito, uma falácia. Se elas pensam que comovem a sociedade - olha como elas são boazinhas, como estão preocupadas com os pobrezinhos!... - devem logo tomar consciência de que a sociedade, pelo menos a parcela da sociedade minimamente culta, abomina essa maquiagem com a qual o Governo do Estado conspira contra uma verdadeira política cultural. É claro, cultura é um termo genérico demais, sob o qual cabe desde o Porto Alegre em Cena ou o Museu Iberê Camargo, até "as ações sociais junto às áreas de educação, segurança e saúde". E isto é cultura? - pergunto eu. Porque os governos têm sido incompetentes e a sociedade refratária à miséria que vai tomando conta das sinaleiras de Porto Alegre, agora a secretária da Cultura tem que brincar de fada madrinha e promover a troca de "armas de brinquedo" por livros? Que livros, minha senhora? E as armas verdadeiras, o que fazemos com elas? Continuarão sendo usadas em assaltos? Inclusive a livrarias? E o que dizer sobre o projeto Hip-hop e Funk? Uma mostra competitiva de grupos com Oficinas de rap e grafite. Gente, nem no pior dos governos populistas se promoveu esse tipo de coisa. (Vasconcellos 2008)

Entre o populismo de algumas propostas e a visão elitista de outras, se vêem poucas opções. As condições econômicas e/ou educacionais de quem produz e/ou consome literatura no Rio Grande do Sul não são muito piores do que as do centro do país – e a média de leitura dos gaúchos desde longo tempo é apontada por pesquisas como sendo a maior entre os brasileiros. Mas o que se buscou fazer desde os românticos e ao longo do século XX em relação a uma unificação da literatura nacional tem tomado forma em outro aspecto: na unificação do mercado de literatura. Muitos autores gaúchos figuram constantemente nas listas de mais vendidos do país – como exemplos claros, Luís Fernando Veríssimo e Lya Luft, sem contar de outros como Moacyr Scliar, Cíntia Moscovich e Daniel Galera; salvo exceções, sendo publicados por editoras de fora do estado. Um caminho que não é novo mas que é buscado com frequência cada vez maior.

O que foi definido por Regina Zilberman como um sistema literário gaúcho – e que, nessa concepção formulada por Antônio Cândido, denota um sentido de auto-suficiência – passa por uma transformação em sua estrutura. Sendo tragada pelo sistema nacional em diversos aspectos econômicos, a cena cultural local convive com o avanço da Internet nos lares gaúchos e sua crescente influência na formação de opinião. A presença dessa mídia, com sua grande capacidade de difundir informações e idéias, muda cada vez mais a relação dos leitores com as obras literárias. Por aumentar sua presença na classe média e, principalmente, entre os mais jovens, a Internet passou a absorver parte do papel que antes era restrito aos jornais e revistas, de divulgar e fazer repercutir em um grande público a cena literária gaúcha. O prejuízo que esses meios tradicionais têm com a proliferação de blogs, fóruns e revistas eletrônicas acontece por dois motivos. Em primeiro lugar, pela concorrência direta que esses canais de informação exercem – a um custo muito mais baixo, diga-se de passagem. Em segundo lugar, pela perda de legitimidade do jornalista como “voz da razão”. Ao dar voz a tantas pessoas, independente de formação cultural, idade ou procedência, a Internet questiona o poder do intelectual impresso, que perde, em partes, o caráter de intermediador especializado entre obra e público.

## **CAPÍTULO 5 - Como atua a crítica literária gaúcha**

Além dos minguados recursos obtidos para a área cultural, a crítica literária sofre pelas limitações que essas fontes de recursos proporcionam à sua plena atividade. O caráter institucional dessas publicações em relação à literatura gaúcha não abre grande espaço a críticas negativas, nem maior visibilidade a autores contemporâneos. Muitas vezes, inclusive pela circulação fechada que esses periódicos têm – não saem dos círculos literários e escolares – seu alcance se assemelha ao das revistas acadêmicas, sem chegar a um grande público. Não à toa, o conteúdo dessas revistas vem de acadêmicos e autores já com algum reconhecimento no Rio Grande do Sul.

Podemos perceber claramente que o espaço na imprensa diária, na Aplauso e nas publicações vinculadas à verba pública conta, salvo eventuais exceções, com os mesmos colaboradores, mesmos assuntos e, inevitavelmente, opiniões próximas. A cada vez maior dificuldade de sobrevivência do sistema literário gaúcho – que Paulo Bentancur já chama de “subsistema” – gera dois fenômenos: alguns autores buscam sair do mercado local para conquistarem espaço em editoras do centro do país; os que não saem formam um círculo próximo de intelectuais que domina o pensamento cultural nas mídias locais. Essas tendências tangem não só a produção mas também a intermediação da cultura local feito pela crítica na imprensa gaúcha, duas instâncias que andam cada vez mais juntas.

O espaço para crítica literária na imprensa gaúcha é pequeno. Essa afirmação, que salta do primeiro capítulo dessa segunda parte da pesquisa e é embasada ainda nas opiniões de quase todos os entrevistados, encontra em Luiz Antônio de Assis Brasil uma resistência importante. O escritor se defende lembrando que a literatura gaúcha sempre contou com espaço e críticos atuantes na imprensa, desde seus primórdios. Os exemplos dados por ele absorvem boa parte do conteúdo já discutido nesse trabalho, desde os românticos até as últimas publicações vistas no Estado. Na verdade, não vêm deles novos elementos, e sim uma leitura diferente do mesmo cenário visto por todos. O espaço para crítica literária que Assis Brasil considera extenso é considerado pequeno por todos os outros entrevistados. Da

mesma forma, as críticas negativas obedecem a essa regra. Pouco são vistas por todos, à exceção do escritor.

Uma avaliação estritamente pessoal pode ser feita desse contexto. De todos os entrevistados Assis Brasil é o mais conhecido, ao lado de Charles Kiefer – ambos como escritores. Porém vemos o primeiro muito mais inserido em um sistema local – apesar de já ter um prestígio como autor que extrapola em parte essa concepção – do que o segundo. Apesar de ambos terem similaridades em suas biografias e obras – considerando incursões pela temática regional e presença na área acadêmica e na imprensa, por exemplo – as diferenças de opinião ficam evidentes quando Kiefer, ao contrário de Assis Brasil observa no debate literário local o que chama de “compadrismo”. Em poucas palavras, isso significa a avaliação feita entre amigos, frequentemente passando por cima de eventuais problemas intrínsecos presentes nas obras para se guiar por relações pessoais entre o avaliador e o avaliado.

Assis Brasil cita como exemplo da contundência com que os críticos literários gaúchos tratam os autores locais a atuação do Segundo Caderno e do Cultura nos anos 90, na época em que circularam pela Zero Hora os jornalistas Jerônimo Teixeira, Eduardo Sterzi e Leandro Sarmatz. Os três se destacaram por praticar uma crítica incisiva e por estarem de certa forma fora do tradicional círculo literário gaúcho. O importante é observar que todos hoje residem em São Paulo e exercem a atividade crítica também fora do circuito local. Sarmatz e Teixeira trabalham na Editora Abril, o primeiro como editor da revista Vida Simples e o segundo como crítico literário da revista Veja; Eduardo Sterzi já lançou projetos próprios como a revista de poesia Cacto, que circulou de 2002 a 2004, e lançou livros de poesia e crítica literária. É normal fazer uma relação entre o êxodo do “Trio Calafrio” – como os três ficaram conhecidos à época em que atuaram no Segundo Caderno, segundo Assis Brasil – e o êxodo freqüente de autores locais, também com freqüência para São Paulo, onde se encontram as grandes editoras nacionais. Dizer se é essa fuga que causa o empobrecimento do sistema literário local ou é esse empobrecimento que causa a fuga é parecido com discutir quem nasceu antes, o ovo ou a galinha? A verdade é que esse processo não interfere nos hábitos de consumo do leitor, que continua consumindo com avidez os autores locais, mas torna menor o retorno financeiro para as editoras gaúchas.



Quanto mais gente deixa o Rio Grande do Sul, mais afincado se nota entre os que ficam em proteger o mínimo espaço local para publicação, divulgação e repercussão da nossa literatura. Essa é uma visão de Paulo Bentancur, que defende o êxodo de nossos autores como algo natural para um estado em cujo mercado não há espaço suficiente. Pode-se fazer duas leituras da opinião de Bentancur: pela otimista chega-se à conclusão de que a proliferação de bons autores em terras gaúchas extrapolou o mercado local; pela pessimista, e mais plausível, nota-se uma redução do consumo de literatura pela sociedade gaúcha – o que Maria da Glória Bordini atribui à perda do hábito da leitura pela classe média.

Jerônimo Teixeira hoje é crítico literário na *Veja*, revista que tem a maior tiragem do país e uma das maiores do mundo. Costuma publicar seus textos nas últimas páginas do periódico, que ele próprio considera a mais expressiva vitrine literária do país. Essa afirmação não é vã – de fato, na maior revista do Brasil, é normal que o conteúdo crítico tenha grande visibilidade. Teixeira vê como maior diferença no exercício de sua profissão entre *Segundo Caderno* e *Veja* o assédio que recebe na revista por parte de editores e assessores de imprensa. A responsabilidade sobre ele também cresceu, e com ela, exigências de rigor e qualidade no trabalho. Do tempo em que trabalhou na *Zero Hora*, Teixeira traz más impressões sobre o cenário gaúcho.

A imposição provincial é limitante: se você atua como crítico de um veículo como *Zero Hora*, tem de ler tudo que é porcaria que os gaúchos publicam. A idéia de uma “literatura gaúcha” se tornou sufocante e autocentrada. Imagino que isso tenha mudado um tanto, ainda que por força de circunstâncias ruins – a indústria editorial local vem minguando, o que obriga os autores a buscar edição no centro do país. Quando você exerce a crítica de forma desassombrada – que é como a crítica deve ser exercida –, acaba pisando no brio farroupilha. Diziam que eu e meus colegas de ZH (Sarmatz, e Eduardo Sterzi) éramos inimigos da literatura gaúcha, o que é uma rigorosa bobagem. (Teixeira 2008)

Teixeira data suas opiniões a um cenário defasado – apesar de recente – devido ao longo tempo fora do Rio Grande do Sul. Sua observação sobre a influência que as mudanças no mercado editorial podem causar na crítica literária é ponto de partida para uma visão mais atualizada, vinda de Leandro Sarmatz.

Segundo ele, a “abertura” da literatura gaúcha em aspectos editoriais – e em relação mesmo à sua temática – é fator determinante para a distensão de um possível protecionismo local.

Acho que o isolamento já passou; e se é ressentido ainda, aí é caso para terapeutas. Quanto ao protecionismo, ele vale talvez apenas para aqueles autores que não conseguem escapar de uma visão histórica engessada, em que os velhos mitos rio-grandenses, em vez de serem problematizados, ou retomados em chave irônica (na lição de um Broch, de um Saer), são repisados com a solenidade de um hino entoado no Palácio Piratini. É o Assis Brasil e mais meia-dúzia que de todo modo seriam irrelevantes se fossem mineiros contemporâneos falando de "Vila Rica", nordestinos obcecados pelo "engenho de papai", paulistas convictos da importância do sobrenome quatrocentão, cariocas nostálgicos do palacete em Laranjeiras etc. (Sarmatz 2008)

Ao relacionar a crítica literária gaúcha à literatura regionalista que se desenvolve no Estado, Sarmatz aponta para a radicalização do conceito de busca de uma identidade local. De certa forma, a consolidação de uma cor local à literatura que é feita no Rio Grande do Sul teria trazido, com o passar dos anos, ao grupo de escritores que abrange essa temática, um poder simbólico de representar a produção literária gaúcha. Esse poder ultrapassou o campo da expressão artística e se consolidou como campo de expressão legítimo do povo gaúcho, se tornando, desse modo, patrimônio cultural – defendido como tal.

Antônio Hohlfeldt lembra que um dos motivos de ter sido convidado a escrever crítica literária na Istoé foi o fato de ser gaúcho – ele estaria, assim, fora do “eixo central” e livre de pressões decorrentes do convívio nesse circuito. A lembrança de Hohlfeldt serve para mostrar que os problemas enfrentados por quem faz crítica literária no Rio Grande do Sul se assemelham aos de outros lugares. Mas Jerônimo Teixeira observa que o fato de ser gaúcho não foi relevante para que ganhasse sua posição na Veja. A diferença primordial entre o ambiente que se encontra no centro do país e o sentido nos veículos locais é a fonte da pressão. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o trabalho feito pelas assessorias de imprensa das editoras é mais acintoso. No Rio Grande do Sul, as relações de amizade e a simples

convivência próxima de autores, editores e jornalistas é que dificultam a prática da profissão.

Charles Kiefer não acredita que um volume pequeno de obras e autores locais seja causa do fechado ambiente literário dominante no estado – principalmente por duvidar que seja pouca a literatura nele produzida e publicada, dando como exemplo a centena de livros que ajuda a publicar todo ano e a quantidade de escritores emergentes das inúmeras oficinas literárias atuantes em Porto Alegre. Em sua opinião, o que falta mesmo é espaço para a divulgação desses novos escritores e seus trabalhos – os melhores já saem publicados, por vezes, por editoras paulistas e cariocas antes mesmo de se fazerem notados regionalmente.

Juremir Machado observa que nunca mudou no Rio Grande do Sul a tradição de uma “esfera literata”, de onde saem os autores – que a si próprios criticam e publicam. Nessa concepção vai de encontro à idéia do “compadrismo”; um termo que, apesar de atribuído à entrevista com Assis Brasil, se fez presente entre todos os outros entrevistados. Segundo Juremir, em uma relação ética perfeita do crítico com o autor, um vasto expediente de regras de deveria ser adotado, como: o crítico não poderia ser também um autor, ou ter pretensões nesse sentido, para não ter uma relação de cordialidade excessiva com as editoras que eventualmente publiquem trabalhos seus; não pode ter amizade qualquer com escritores ou agentes literários, para não se guiar por relações pessoais em suas avaliações; não pode aceitar sequer receber livros das editoras como forma de se manter atualizado sobre os lançamentos, para que sua absorção da cena literária não se guie pelo assédio das assessorias. Além desses pontos, o próprio jornal ou revista não poderia contar em seus quadros com jornalistas ou demais funcionários que publicassem livros, para que se evitasse a perda de legitimidade da opinião do crítico e a sua total liberdade dentro da redação. Esses pormenores vêm como forma de Juremir provar a impossibilidade de se fazer crítica literária totalmente imparcial na imprensa gaúcha, já que esses aspectos são inerentes à atividade da maioria dos profissionais que trabalham nos veículos impressos do estado.

No entanto, cabe salientar a opinião de Antônio Hohlfeldt, a quem todos esses fatores de possível intervenção na prática da crítica literária não são por si só culpados de uma “política de amizade” na imprensa. Segundo ele, o jornalista que

tem personalidade e já construiu seu espaço se impõe a esses entraves. Nessa linha de raciocínio, a responsabilidade atribuída por Juremir à própria formação do sistema literário gaúcho e o papel a que coube a crítica literária nesse ambiente não justificaria totalmente as posições do profissional.

## **CAPÍTULO 6 - O papel da crítica no século XXI**

Afinal, depois de tanto se buscar entender onde está a crítica literária, quem a faz, o que a influencia, etc., chega o último capítulo e uma pergunta deve ser respondida: para que serve a crítica literária imprensa gaúcha?

Leandro Sarmatz diz que o papel da crítica feita na imprensa idealmente deveria ser o mesmo aqui e ali, no sul e no norte: pensar a partir da produção contemporânea, dar relevo àquilo que merece ser considerado e não se pautar apenas pelo calendário das editoras. Essa é a do que deveria ser feito, do que deveria ser mudado, mas um ponto em comum entre entrevistados como Carlos André Moreira, Luiz Antônio de Assis Brasil, Charles Kiefer e Juremir Machado é a aceitação de que cada vez menos as pessoas buscam na imprensa essa crítica como forma de pautar seus gostos e mesmo desenvolver seu próprio senso crítico. No momento em que esse público-leitor não se interessa pela intermediação da obra, vai por terra a relevância atribuída à atividade crítica na imprensa gaúcha desde o século XIX.

Kiefer é radical ao avaliar esse quadro; pergunta ele: será que essa crítica literária ainda precisa existir na imprensa? No entanto, a pergunta não vem de alguém que contesta o valor da crítica, e sim de alguém que vê os valores da sociedade mudando radicalmente. Carlos André Moreira afirma com resignação não escrever para um grande público, o que Juremir faz questão de ressaltar quando diz que efetivamente ninguém lê o caderno Cultura. Mais que isso, ambos salientam que críticas negativas não influenciam decisivamente na vendagem de livro algum. Assim, a primeira visão que se poderia ter do problema da “nulidade crítica”, como sendo decorrência do protecionismo gaúcho à literatura local, não atinge a questão econômica. Carlos André Moreira diz que a única influência que a crítica feita por ele no Segundo Caderno pode ter sobre o leitor é positiva, e que é apenas o ego dos próprios escritores que pode por ventura ser atingido pelas críticas negativas.

Assis Brasil lembra com graça a história que passou com um escritor amigo seu. Na véspera de abertura de uma Feira do Livro, poucos anos atrás, saiu uma

crítica pesada a respeito do novo livro desse escritor no Segundo Caderno – obra, segundo ele, do “Trio Calafrio”. A sessão de autógrafos do livro se daria no próprio dia de abertura da Feira, ao que Assis Brasil se penalizou pelo amigo e pela repercussão negativa que a crítica acabaria tendo sobre o evento. Ao chegar no estande onde o escritor autografava seu novo livro, o encontrou melancolicamente resignado ao espaço que ganhara nos jornais. Segundo ele, todos que por ali apareceram fizeram questão de expressar seus parabéns pela “bela matéria” publicada sobre o livro no jornal. Enquanto o autor sentiu o peso das críticas negativas sobre sua obra, o leitor comum nem as leu. Esse caso ilustra bem a noção que Assis Brasil tem da crítica literária publicada na nossa imprensa como algo destinado apenas ao mesmo círculo intelectual que produz a literatura. A crítica negativa não teria então efeito danoso senão apenas ao próprio ego do autor, que se sente desprestigiado no meio em que transita. Essa observação consolida o problema de exercício da crítica gaúcha como algo referente à relação do profissional com o autor analisado.

Porém, o mínimo espaço destinado à crítica na imprensa gaúcha vem esticando mesmo esse conceito. Hoje em dia, com as enormes dificuldades que um escritor tem de aparecer na mídia, a dor do ego ferido cabe apenas àqueles já “consagrados” regionalmente. Os novos escritores vêem mesmo nas críticas negativas a chance de serem notícia e, assim, ganharem relevância na cena local. Porém, cabe lembrar que o espaço pequeno dado à opinião nos jornais e revistas gaúchas não discute apenas a literatura local, e os best-sellers acabam invadindo essa instância tanto quanto tomam conta das prateleiras nas livrarias.

A preocupação do escritor com a repercussão de sua obra na imprensa e, conseqüentemente, com a crítica feita a seu respeito, não se explica necessariamente por motivos econômicos – uma preocupação que o atinge também, mas muito mais às editoras. Entra aí a vaidade comum ao autor que deseja ganhar espaço efetivo não numa edição de revista ou coluna no Segundo Caderno, mas sim no cânone literário que a mídia e a crítica especializada ajudam e muito a formar. Sobre esse aspecto, Kiefer diz que é difícil vislumbrar todas as instâncias legitimadoras de uma obra, mas que a crítica literária na imprensa teve até hoje um valor talvez até maior na formação do cânone do que a crítica desenvolvida dentro

das universidades, pela força que a mídia exerce na formação de opinião. No momento em que essa crítica não é mais lida, Kiefer que um caminho provável é o acirramento de poder entre duas instâncias para a formação do cânone: o ambiente erudito das universidades e o retorno em vendas das obras. Dessa dicotomia em fase de radicalização, em que ele coloca a questão financeira como a que está vencendo o jogo – para exemplificar, usa o fato de Paulo Coelho ter se tornado membro da ABL (Academia Brasileira de Letras) – o crítico impresso perde cada vez mais sua importância.

Juremir Machado credita a perda de leitores da crítica literária à própria perda da noção, por parte desses leitores, do que é literatura em seu sentido mais amplo e clássico: uma fonte de crescimento intelectual e prazer emocional. Segundo ele, o livro é cada vez mais um produto de consumo e, dessa forma, aumenta a visão utilitarista do leitor a seu respeito. Para ilustrar essa idéia, Juremir observa a perda de espaço dos livros de ficção entre as maiores vendas, em favor de outros gêneros como o jornalismo, auto-ajuda, biografias e mesmo obras baseadas em histórias reais. Segundo ele, a necessidade de ter algo tangível, que possa ser absorvido com clareza e sem sobressaltos, é decorrente da preguiça intelectual do homem moderno, que, em uma sociedade industrializada e competitiva, vê também a arte como um elemento a ser absorvido de forma prática e sistemática, para ser utilizado com fins específicos. Nesse processo de mudança no envolvimento entre leitor e obra, a crítica literária perde seu papel de discutir a literatura.

O alcance que as assessorias de imprensa conseguem ter em um jornal ou revista – como em qualquer mídia – é cada vez maior, enquanto o julgamento crítico desaparece. Carlos André Moreira comenta que de nada adianta a avaliação negativa de uma obra se, no mesmo caderno e, às vezes, na mesma página, salta aos olhos do leitor uma matéria maior, ilustrada e de linguagem muito mais acessível. A procura pela informação é muito maior que a da interpretação também e principalmente na imprensa, e Juremir credita a esse papel da mídia também a absorção do caráter utilitarista pela literatura.

Nesse ponto, abre-se efetivamente a discussão do ambiente interno gaúcho à situação da crítica impressa em meio à indústria cultural capitalista – meio em que se forma um sistema literário ocidental. Ao chegar aqui, nota-se que a modernização

do mercado editorial rio-grandense abriu suas portas a um processo de transformação das relações entre as partes do sistema literário local. O papel da crítica, tema desse trabalho, não é o único a mudar; todas as instâncias confluem em um novo padrão da literatura enquanto arte – porque, enfim, o próprio conceito do que é arte vem mudando com o tempo. Benedito Nunes faz também uma leitura contextualizada do tema, ao dizer que “talvez seja mesmo a crise da crítica o efeito exterior de uma crise da própria literatura, combalida, intoxicada, incomfortada, maquilada dentro do vigente sistema de valores mediáticos da vida cultural brasileira globalizada.” (Nunes 2000)

A crítica literária sobrevive no meio acadêmico; no que pesa, porém a dificuldade de discutir temas, autores e obras contemporâneos. O termômetro que a mídia proporciona à cena cultural se perde na divulgação ou não dos eventos e idéias que dela surgem. A crítica literária segue, enfim, a mesma tendência do jornalismo em si – a opinião se esconde.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse trabalho fica a impressão de que a cena literária gaúcha sempre se manteve como um ambiente restrito, em que a crítica dificilmente atuou com liberdade. Desde as sociedades literárias do século XIX, a busca de crescimento e expressividade na literatura gaúcha e as relações pessoais entre os pensadores da cultura local proporcionaram o crescimento de um sentimento de proteção por parte desses intelectuais.

Ao mesmo passo em que não aconteceram alterações significativas nesse sentido, mudou com o passar do tempo o acesso dos leitores à crítica “especializada”. Quando se iniciou o processo de formação de uma literatura gaúcha, uma pequena parcela da sociedade tinha acesso às discussões e mesmo à produção local. Com o passar do tempo, ao longo do século XX, isso foi mudando – com isso aumentou o espaço da crítica no jornalismo diário e muitas revistas obtiveram êxito para além da elite cultural do estado. Hoje em dia o que temos é a reversão desse processo. As discussões sobre a literatura gaúcha chegam cada vez menos aos leitores – e mesmo discussões sobre literatura no geral.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa busquei entender quais os motivos dessa reversão. A conclusão é abrangente. Como explicação, posso apontar para o estabelecimento de um moderno sistema capitalista em interferência à concepção do que é arte – e nesse aspecto entra tanto a questão de comercialização do produto literário como também sua forma de divulgação. Mas colocar a culpa apenas no Capitalismo e na Indústria Cultural dele proveniente gera uma visão por demais marxista e perigosamente alheia às especificidades da região. A crítica às políticas culturais do Governo Estadual e das prefeituras gaúchas é válida, assim como ao sistema educacional deficitário que encontramos atualmente no Rio Grande do Sul.

Os jornalistas têm, hoje em dia, em sua formação, a apreciação de toda a teoria elaborada pela Escola de Frankfurt acerca da Indústria Cultural, e a passividade com que reagem a esse conhecimento não pode ser justificada pelo

simples viés econômico. Da mesma forma, os intelectuais que produzem e restringem o pensamento sobre uma literatura local devem ser responsabilizados mais que pela sua eventual passividade à morte da crítica especializada no estado: efetivamente, devem ser cobrados pelas barreiras que colocam à sua plena atuação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo**. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul – 1868 a 1880**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

CESAR, Guilhermino. **História da literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1971.

COELHO, Marcelo. **Crítica cultural: teoria e prática**. São Paulo: Publifolha, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e críticos**. Organização Simões, 1969.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1975

GOLIN, Cida. **Histórias do jornalismo cultural: o primeiro ano do Caderno de Sábado**. In: Estudos em jornalismo e mídia, vol. II, n. 2, 2º semestre de 2005.

GOLIN, Cida. **Jornalismo cultural no Rio Grande do Sul: a modernidade nas páginas da revista Madrugada**. In: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, n. 33, pág. 106-114, pág. 133-142, agosto de 2007.

MORAES, Angélica de. **Sensibilidade crítica**. In: LINDOSO, Felipe (org.). Rumos [do] jornalismo cultural. São Paulo: Summus: Itaú Cultural, 2007

NUNES, Benedito. **Crítica literária no Brasil, ontem e hoje**. In: MARTINS, Maria Helena (org.). Rumos da crítica. São Paulo: Senac, 2000.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004 (Coleção Comunicação)

TRAVANCAS, Isabel. **Literatura e imprensa – os suplementos literários/anos 90**. Comunicarte, vol. 15, n. 21, pág. 42-54, 1997.

VASCONCELLOS, Luiz Paulo. **Desde quando faxina é cultura?**. Caderno Cultura, Zero Hora, 14 de junho de 2008.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

**Entrevistas**

Maria da Glória Bordini, 06/05/2008.

Luiz Antônio de Assis Brasil, 13/05/2008

Juremir Machado, 13/05/2008

Charles Kiefer, 14/05/2008

Carlos André Moreira, 14/05/2008

Leandro Sarmatz, 22/05/2008

Jerônimo Teixeira, 25/05/2008

Paulo Bentancur, 20/04/2008

Antônio Hohlfedt, 08/05/2008